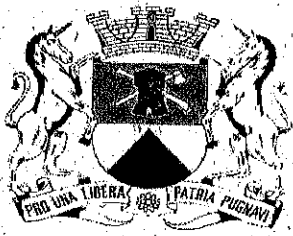


CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

**RELATÓRIO FINAL DA
COMISSÃO ESPECIAL PARA
DEBATER A CRIAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SOROCABA**

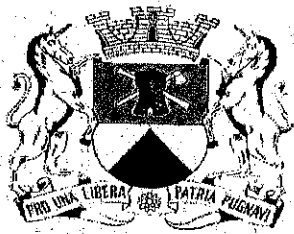


CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
TRABALHOS COMISSÃO ESPECIAL.....	04
UFSCAR Sorocaba.....	14
O PLANO DE EXPANSÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....	27
MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SOROCABA VISITAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI NO CEARÁ.....	30
O PARADIGMA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....	31
CONCLUSÃO.....	35
ANEXOS.....	37



INTRODUÇÃO

Por iniciativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores, composta pelos vereadores Izídio de Brito Correia, Francisco França da Silva e Francisco Carlos Leite, foi apresentado o Requerimento nº 1158/2014 assinado por todos os vereadores e foi aprovado por unanimidade com o objetivo de Debater a Criação da Universidade Federal de Sorocaba. Foram nomeados pelo Excelentíssimo Vereador Gervino Claudio Gonçalves, então Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba para integrar a Comissão Especial os edis Izídio de Brito Correia, que foi eleito por seus pares Presidente da Comissão, Anselmo Rolim Neto, Valdecir Morelli, Luís Santos, eleito Relator da Comissão, Hélio Aparecido de Godoy e a Vereadora Neusa Maldonado.

A proposta teve sua origem numa conversa que um grupo de docentes e técnicos administrativos da UFSCar Sorocaba que entendiam a relevância da existência da Universidade Federal de Sorocaba com a independência do campus Sorocaba da Reitoria de São Carlos pelos motivos a serem apresentados no decorrer do presente Relatório.



OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL

Comissão em prol da Universidade Federal de Sorocaba reúne-se nesta terça-feira - 09/06/2014

Os membros da Comissão Especial em prol da implantação da Universidade Federal de Sorocaba (UFSor) realizam primeira reunião na tarde desta terça-feira (10) após a Sessão Ordinária, por volta das 13 horas. Na sala de reuniões da Câmara Municipal, os integrantes definirão presidência, relatoria e linha de atuação dos trabalhos.

Participam da comissão os vereadores Izídio de Brito (PT), Luis Santos (Pros), Neusa Maldonado (PSDB), Waldecir Morelly (PRP), Anselmo Neto (PP), Helio Godoy (PSD) e o presidente da Casa, Cláudio Sorocaba I, todos nomeados na última quinta-feira (5).

A iniciativa da criação da comissão especial partiu dos vereadores da bancada do PT, composta por Francisco França (líder), Izídio de Brito e Carlos Leite, e contou com o apoio unânime dos vereadores.

No requerimento aprovado que deu origem à comissão, os petistas salientam que, quando foi criado em Sorocaba o campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a expectativa é que ele se tornasse a futura Universidade Federal de Sorocaba - objetivo pelo qual a referida comissão irá trabalhar de encontro com a instalação da Região Metropolitana de Sorocaba.

Comissão em prol da criação da Universidade Federal de Sorocaba define linha de trabalho - 11/07/2014

Na tarde desta quinta-feira (10), vereadores que compõem a Comissão Especial que debate a criação da Universidade Federal de Sorocaba realizaram a segunda reunião do grupo. Na ocasião, discutiram a linha de trabalho, que se iniciará em agosto por meio de conversas sobre a possibilidade de criação junto de políticos, órgãos, instituições e sociedade em geral.

Participaram do encontro, que aconteceu na sala de reuniões da Câmara Municipal e contou com a participação de funcionários e estudantes do campus em Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o presidente da Comissão Izídio de Brito (PT), o relator pastor Luis Santos (Pros) e os vereadores membros Anselmo Neto (PP) e Neusa Maldonado (PSDB). Integram ainda a comissão os vereadores Cláudio do Sorocaba I (PR),



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

presidente do legislativo, e Waldecir Morelly (PRP), ausentes na discussão, e Hélio Godoy, que enviou assessor representante. O petista Carlos Leite também acompanhou parte da reunião.

A discussão

O ex-reitor da Universidade de Sorocaba Aldo Vannucchi participou do início da reunião e manifestou-se favorável à criação da Universidade Federal de Sorocaba. "Peço que não vejam como um rompimento com a UFSCar, mas sim a criação de uma universidade sorocabana a partir dela", afirmou.

Os professores da UFSCar presentes ressaltaram que o processo pode levar anos, mas consideram que é necessário iniciar o debate. Alunos que fazem parte do Diretório Central de Estudantes (DCE) da universidade levantaram algumas dúvidas, apresentaram uma nota com o posicionamento do grupo e afirmaram que continuarão a acompanhar o trabalho da comissão.

Uma lista com mais de 20 pessoas e instituições a serem consultadas sobre a criação da UFSor pela Comissão foi apresentada pelos vereadores. O primeiro a ser procurado deverá ser o prefeito de Sorocaba, Antonio Carlos Pannunzio (PSDB). Outros nomes foram propostos pelos alunos e professores presentes, que também serão procurados pelos parlamentares.

Vereadores reúnem-se com prefeito para debater criação da Universidade Federal de Sorocaba - 19/08/2014

A Comissão Especial da Câmara Municipal em prol da implantação da Universidade Federal de Sorocaba (UFSor) reuniu-se na tarde desta terça-feira, 19, com o prefeito Antonio Carlos Pannunzio para discutir a possibilidade e o interesse do Executivo na constituição da unidade. Estiveram também presentes professores e técnicos da Universidade Federal de São Carlos que apoiam a ideia de criar a UFSor a partir do campus da UFSCar existente na cidade.

Os vereadores Izídio de Brito (PT) - presidente da comissão - Luis Santos (Pros), Anselmo Nêto (PP) e Neusa Maldonado (PSDB) apresentaram ao prefeito as vantagens do projeto. "As metas estabelecidas para o campus da UFSCar em Sorocaba não foram atingidas. Há a possibilidade de emancipar a universidade e ela deve ser aproveitada. Isso facilitaria sua expansão e beneficiaria toda a região metropolitana", disse Izídio.

Segundo os professores, o governo federal irá abrir uma nova rodada de expansão das instituições federais de ensino superior, então surge a oportunidade de aproveitá-la para dar à



universidade maior autonomia e criar identidade com a região. "Se emanciparmos, teremos muito mais agilidade e controle", argumentaram.

Pannunzio considerou legítimo o debate da questão, disse que os argumentos apresentados são fantásticos e também vislumbrou vantagens para a cidade, porém ponderou que para levar o projeto adiante é indispensável apoio do governo federal e dentro da UFSCar. "Essa pretensão é viável, porém muito difícil se for contra a própria UFSCar e se não houver apoio em Brasília". O prefeito aconselhou que agora o debate seja levado para dentro da universidade.

Comissão em prol da criação da Universidade Federal de Sorocaba reúne-se nesta terça-feira - 09/02/2015

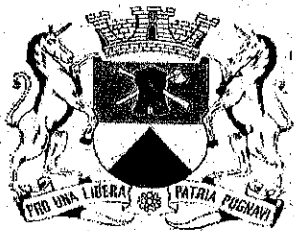
Entre os temas que serão discutidos estão a definição das pessoas a serem consultadas e o calendário de ações do grupo

Na tarde desta terça-feira (10), os vereadores que compõem a Comissão Especial que debate a criação da Universidade Federal de Sorocaba se reunirão após a sessão ordinária para definir o calendário de ações do grupo. A discussão, que será a primeira de 2015, acontecerá na sala de reuniões da Câmara Municipal, por volta das 13 horas.

Integram a Comissão da UFSor o presidente dos trabalhos Izídio de Brito (PT), o relator Luis Santos (Pros) e os vereadores Anselmo Neto (PP), Neusa Maldonado (PSDB), Waldecir Morelly (PRP) e Hélio Godoy (PSD).

Entre a linha de atuação definida pelos integrantes da Comissão, está inicialmente a realização de conversas sobre a possibilidade de criação da universidade com políticos, órgãos, instituições e sociedade em geral. As ações foram resolvidas junto de representantes do corpo discente e docente do campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos, em reuniões anteriores.

"O que determinaremos amanhã são as pessoas com quem conversaremos sobre a UFSor e quando acontecerão tais reuniões", afirma o petista.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão em prol da criação da Universidade Federal de Sorocaba reúne-se nesta terça-feira - 10/02/2015

Presidida pelo vereador Izídio de Brito (PT), a comissão irá definir as pessoas a serem consultadas e o calendário de ações do grupo.

Na tarde desta terça-feira (10), os vereadores que compõem a Comissão Especial que debate a criação da Universidade Federal de Sorocaba se reunirão após a sessão ordinária para definir o calendário de ações do grupo. A discussão, que será a primeira de 2015, acontecerá na sala de reuniões da Câmara Municipal, por volta das 13 horas.

Integram a Comissão da UFSor o presidente do trabalho Izídio de Brito (PT), o relator Luis Santos (Pros) e os vereadores Anselmo Neto (PP), Neusa Maldonado (PSDB), Waldecir Morelly (PRP) e Hélio Godoy (PSD).

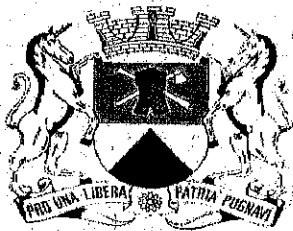
Entre a linha de atuação definida pelos integrantes da Comissão, está inicialmente a realização de conversas sobre a possibilidade de criação da universidade com políticos, órgãos, instituições e sociedade em geral. As ações foram resolvidas junto de representantes do corpo discente e docente do campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos, em reuniões anteriores.

"O que determinaremos nessa discussão são as pessoas com quem conversaremos sobre a UFSor e quando acontecerão tais reuniões, formando o calendário de ações da Comissão", afirma o petista.

Professores da UFSCar dizem a comissão que ainda não é o momento de implantar a UFSor - 05/03/2015

A Comissão Especial da Câmara Municipal em prol da implantação da Universidade Federal de Sorocaba reuniu-se na tarde desta quinta-feira, 5, com um grupo de 21 professores do campus sorocabano da Universidade Federal de São Carlos que são contrários à emancipação da unidade, ao menos por enquanto. Segundo eles, no momento não há condições para que a UFSor seja implantada a partir do campus da UFSCar no município.

O presidente da comissão, Izídio de Brito (PT), e os vereadores Anselmo Neto (PP) e Luis Santos (Pros), ouviram dos professores que para ser criada uma universidade federal o Ministério da Educação exige no mínimo quatro programas de mestrado e dois de doutorado. Eles informaram que o campus da UFSCar em Sorocaba conta com oito programas de mestrado, mas nenhum de doutorado. O grupo também manifestou preocupação em perder a



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

credibilidade da UFSCar, construída ao longo de 45 anos, que motiva instituições estrangeiras a procurarem a universidade para realização de programas educacionais e de pesquisa.

Em resposta, o vereador Luis Santos ressaltou a importância de se discutir a criação da UFSor e criar as condições necessárias para que isso aconteça. "Pode haver o interesse de se perpetuar essa falta de condições e assim a região jamais receberá sua universidade, ficará sempre dependente da UFSCar". O parlamentar lembrou que o Plano de Desenvolvimento Institucional do campus estabelecia o compromisso de ser constituída a UFSor, e sugeriu a discussão de um plano de transição, para emancipação quando passado determinado período de tempo.

Os vereadores também salientaram aos professores que a partir do descumprimento dessa cláusula determinando a transição poderia ser impetrada ação de revogação da concessão do terreno onde o campus está instalado. "Por isso a comissão tem tratado o assunto com cuidado. Procuramos ouvir todos os lados, estamos à disposição de todos os interessados em apresentar seus pontos de vista", disse Izídio de Brito.

Por fim, os vereadores e os professores planejaram uma visita conjunta, em data a ser combinada, ao campus da UFSCar em Sorocaba, para coletar dados e melhor orientar o trabalho da comissão.

Comissão em prol da Universidade Federal de Sorocaba reúne-se nesta terça-feira - 04/05/2015

A Comissão Especial da Câmara Municipal em prol da implantação da Universidade Federal de Sorocaba (UFSor) reúne-se nesta terça-feira (5), às 14h30, na sala de reuniões do legislativo, para receber grupos do campus da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Sorocaba, que apresentarão argumentos aos parlamentares sobre a proposta de instalação da unidade.

A Comissão em prol da UFSor é presidida pelo vereador Izídio de Brito (PT). Também a integram o relator Luis Santos (Pros) e os vereadores Anselmo Neto (PP) e Neusa Maldonado (PSDB).



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão da UFSor recebe considerações de comissão da UFSCar Sorocaba - 05/03/2015

Vereadores debateram com docentes viabilidade e possíveis benefícios da implantação da UFSor

Documentos elaborados por grupo de discentes e docentes do campus local da Universidade de São Carlos serão estudados por vereadores nos próximos dias

Professores, servidores e alunos da Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba apresentaram documentos com considerações sobre uma possível criação da Universidade Federal de Sorocaba a vereadores integrantes da Comissão Especial do legislativo que estuda a instalação da UFSor.

A entrega aconteceu durante reunião na Câmara na tarde desta terça-feira (5), conduzida pelo presidente da Comissão, o petista Izídio de Brito. Também participaram os vereadores Anselmo Neto (PP) e Luis Santos (Pros), relator dos trabalhos.

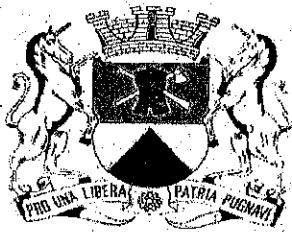
Com o comprometimento de estudarem as considerações positivas e negativas, assim como as situações apresentadas, os vereadores da Comissão da UFSor agendaram nova conversa para discutir as conclusões sobre os documentos no próximo dia 26.

Os vereadores Waldecir Morelly (PRP), Hélio Godoy (PSD) e Neusa Maldonado (PSDB) também integram a Comissão junto de Izídio de Brito, Anselmo Neto e Luis Santos.

Comissão define próximas atividades para discutir criação da Universidade Federal de Sorocaba - 09/06/2015

A comissão especial da Câmara que estuda a instalação da Universidade Federal de Sorocaba (UFSor) reuniu-se na tarde desta terça-feira, 9, para definir suas próximas atividades. Participaram do encontro o presidente da comissão, Izídio de Brito (PT), e os membros Anselmo Neto (PP) e Luis Santos (Pros).

Criada para debater junto à sociedade a viabilização ou não da criação da universidade, a comissão teve como principal tema até o momento a estruturação da UFSor a partir do campus sorocabano da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Izídio lembrou que já foram ouvidos alunos, professores, gestores e demais representantes - tanto os que apoiam quanto os contrários à proposta. Segundo ele, a comissão já conta com os argumentos de ambos os lados e diversos documentos para subsidiar a conclusão dos vereadores. O vereador informou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

nova diretora do campus da UFSCar no município, Eli Angela Vitor Toso, solicitou uma reunião com a comissão, que será realizada em breve.

Também foi definida pela comissão, uma visita ao Ministério da Educação para discutir a questão. Os vereadores decidiram ainda visitar uma universidade, a ser definida, que tenha passado por processo de emancipação similar ao que se pretende realizar em Sorocaba.

Por fim, antes de elaborar o relatório com suas conclusões, a comissão deve realizar uma audiência pública para debater o tema.

60ª SESSÃO: Aprovado em definitivo projeto que reserva imóveis para pessoas com deficiência - 01/10/2015

Além do projeto de José Crespo (DEM), que contempla ainda pessoas com moléstias graves, foi aprovado projeto de Marinho Marte (PPS) que dá mais transparência a convênios na saúde; e, no final da sessão, a UFSCar foi homenageada por Izídio de Brito (PT), com a presença de alunos, que apresentaram carta de protesto

Três pareceres da Comissão de Redação - presidida pelo vereador Rodrigo Manga (PP) e composta pelos vereadores Jessé Loures (PV) e Pastor Apolo (PSB) - foram aprovados em definitivo na 60ª sessão ordinária da Câmara Municipal nesta quinta-feira, 1º, e irão para a sanção ou veto do Executivo. O primeiro parecer aprovado foi ao Projeto de Lei nº 120/2015, do vereador José Crespo (DEM), que dá nova redação à Lei 5.899/1999, aumentando para 15% a reserva de imóveis para pessoas com deficiência física grave ou acometidas de Aids, cegueira, nefropatia grave (doença dos rins) ou qualquer outra moléstia incurável que seja incapacitante para o trabalho. Para ter direito à reserva, os beneficiários devem comprovar residência em Sorocaba há no mínimo cinco anos.

Homenagem à UFSCar - No final da sessão, a Câmara Municipal - por iniciativa do vereador Izídio de Brito (PT) - homenageou o Programa Futuro Cientista do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que tem como principal objetivo despertar o talento científico entre alunos das escolas públicas. O projeto, neste ano, recebeu um prêmio da Fundação Banco do Brasil. Foram homenageados os professores doutores Fábio de Lima Leite, Ismail Barra Nova de Melo e Luiz Carlos de Faria e os diretores Caroline Pavan Brandini e Tiago de Oliveira Reis, bem como a equipe do Banco do Brasil, parceria do projeto. O presidente da Casa, Cláudio Sorocaba I (PR), juntamente com os vereadores José Francisco Martinez



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

(PSDB), Marinho Marte (PPS) e Muri de Brigadeiro (PRP), participaram da entrega dos votos de congratulações. A vice-prefeita Edith Di Giorgi também participou da homenagem.

No final da sessão ordinária, o vereador Izídio de Brito (PT) usou a tribuna para ler um manifesto do DCE Livre dos estudantes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), presentes no auditório da Casa, que repudiaram as declarações de alguns vereadores acerca da universidade - no caso, os vereadores Luis Santos (Pros) e Neusa Maldonado (PSDB) - durante a prestação de contas da diretora do Campus Sorocaba da UFSCar, professora Eli Ângela Vitor Toso, no dia 24 de setembro último. Os estudantes convidaram os vereadores a conhecerem *in loco* o trabalho da universidade.

O vereador Anselmo Neto (PP) observou que não devem ser acirrados os ânimos entre a Câmara Municipal e a Universidade Federal de São Carlos, uma vez que as críticas foram de alguns vereadores e, por outro lado, também ocorreram agressões verbais contra os vereadores por parte dos alunos da universidade. Como membro da Comissão de Educação, juntamente com os vereadores Pastor Apolo (PSB) e Luis Santos (Pros), Anselmo Neto observou, ainda, que não há um interesse determinado em transformar a UFSCar em UFSor, por compreender que o aluno que ingressou na UFSCar quer se formar por essa instituição.

O vereador Luis Santos (Pros), que é presidente da Comissão de Educação, usou a tribuna para se defender no caso envolvendo a UFSCar. O vereador afirmou que está sendo agredido com palavrões nas redes sociais, mas sem ter direito de resposta. O vereador disse que, em nenhum momento, agrediu a UFSCar ou sua diretora Eli Ângela Toso, com quem conversou por cerca de uma hora em seu gabinete, e reiterou que apenas fez críticas a condutas da instituição. Em face das críticas que vem recebendo por parte dos alunos, Luis Santos indagou: "Que democracia é essa que vocês estão aprendendo? Que democracia é essa que só fala e não ouve? Vocês só querem direitos e nada de deveres?" - indignou-se o parlamentar, que, ao final do seu discurso, voltou a defender a criação da Universidade Federal de Sorocaba.

Em junho de 2015 a Câmara Municipal de Sorocaba aprovou e foi publicado o Plano Municipal de Educação - PME do Município de Sorocaba, na forma do Anexo desta Lei, em cumprimento ao disposto nas leis federais nº 9.394, de 19 de dezembro de 1996 e nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e nas demais legislações vigentes, conforme publicação no Diário Oficial do Município de 26.06.2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

O Plano Municipal de Educação - PME tem vigência de 10 anos, período de 2015 a 2025, a contar da data da sua publicação da lei 11133/2015, com a seguinte apresentação do Executivo Sorocabano:

Sorocaba, 22 de junho de 2015.- SEJ-DCDAO-PL-EX- 058/2015 - Substitutivo

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrêgia Câmara Municipal, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 130/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME) de Sorocaba para o decênio 2015-2025.

O PME é uma exigência prevista na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) sendo um documento que estabelece diretrizes, metas e estratégias educacionais a serem respeitadas, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo Município de Sorocaba envolvendo todos os Sistemas Nacional, Estadual e também particular, bem como o Ensino Superior. Portanto, estamos tratando de um plano da cidade e não da Prefeitura ou de sua rede municipal de educação.

Conforme preconizado no PNE, o Plano Municipal de Educação foi proposto convidando toda população de Sorocaba a participar, através de ampla divulgação pelos meios de comunicação disponíveis, como rádio, tv e internet, ofícios, pela Prefeitura de Sorocaba por intermédio da Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação, Comissão Organizadora e demais profissionais da educação.

Todas as propostas apresentadas pelos interessados envolvidos na área da educação e, em especial, da população e seus segmentos organizados, sociedade civil e também autoridades, que participaram mediante os debates realizados nas escolas, nas plenárias e audiência pública na Câmara Municipal, com vistas à construção de um plano que pudesse atender a realidade do Município, sendo analisadas e colocadas em discussão, gerando ao final deste amplo e democrático processo a construção do Documento Base, ora encartado a essa exposição de motivos e fundamental a compreensão da essência deste Projeto de Lei.

Portanto, a presente proposição é resultado de valioso engajamento do munícipe, representações de diversos segmentos da sociedade e as esferas dos poderes constituídos no Município, possibilitando o desenvolvimento de um Plano que adota políticas de desenvolvimento e transformação social, oferta de ensino de qualidade, valorização do educador e demais profissionais da Educação, gestão democrática, respeito à diversidade, cidadania e inclusão social.

Desta forma, ao submeter o substitutivo ao Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal de Sorocaba, estamos certos de que os Senhores Vereadores reconhecerão o grau de prioridade na sua



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

aprovação, visto que a União estabelece o dia 26 de junho de 2015 como o prazo máximo para a aprovação do PME.

Estamos, portanto, falando do primeiro Plano Municipal de Educação da história de nossa cidade que está sendo democraticamente construído e apresentado para se tornar Lei, justamente quando comemoramos no presente ano, 200 anos de sua escola formal, inicialmente denominada "escola de primeiras letras".

A presente substituição apresentada através deste visa apenas corrigir as incorreções constantes das Estratégias de números: 1.13, 1.15, 1.16, 1.25, 1.47; 2.6, 2.7, 2.19; 3.16; 11.4; 15.2; 17.2, 17.8; 18.2, 18.5, 18.8, 18.10, 18.11, 18.12, 18.14, 18.15, 18.17, 18.19, 18.25, 18.26; 19.1, 19.2, 19.4, 19.11, 19.25, 19.28, 19.29; e 20.3.

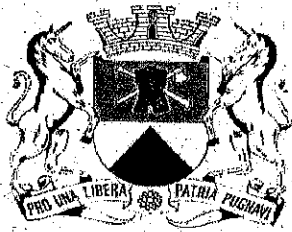
Todas essas Estratégias estão corrigidas e justificadas no Anexo II que segue a presente.

Assim, a Administração, atenta para tal situação detectou o "equivoco", e imediatamente busca sua inteira regularização, a fim de preservar a legalidade e o interesse público.

Estando dessa forma, plenamente justificada a presente proposição, esperamos contar com o apoio de Vossa Excelência e Nobres Pares para a transformação do Substitutivo do Projeto em Lei, solicitando que a sua tramitação se dê no regime de urgência, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, reiterando nossos protestos de elevada estima e consideração.

Meta 12 - Educação Superior DO PME : LEI Nº 11.133, DE 25 DE JUNHO DE 2015 (Regulamentada pelo Decreto nº 22.011/2015)

12.20 Incentivar a criação de novas universidades públicas em Sorocaba, a partir da aprovação do plano buscando, especialmente, priorizar ações junto aos órgãos competentes para o desmembramento do Campus local da UFSCAR visando transformá-lo na Universidade Federal de Sorocaba (UFSOR), de forma a concluir compromisso do MEC com a cidade de Sorocaba.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

UFSCAR SOROCABA

A Comissão Especial recebeu da Diretoria da UFSCar Sorocaba e da Reitoria documento com esclarecimentos que permeiam a complexidade e justificam as dificuldades para a criação da UFSor com o inteiro teor abaixo transcrito:

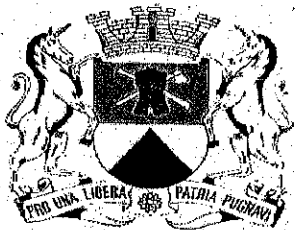
A Reitoria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Direção do Campus Sorocaba vêm neste documento tentar responder a alguns dos questionamentos mais frequentes que aparecem no contexto da discussão sobre a possibilidade de emancipação do Campus Sorocaba e, muito especialmente, apresentar algumas razões pelas quais estamos certos de que o município de Sorocaba, bem como sua região, já contam com a sua Universidade Federal, que figura dentre as melhores do Brasil e é, também, reconhecida internacionalmente pela qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão que desenvolve, e que só têm a ganhar com o apoio a essa Instituição, que sem dúvida continuará revertendo em inúmeras contribuições ao desenvolvimento social e econômico de nossa cidade e em benefícios para sua população.

O DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS SOROCABA NOS ÚLTIMOS ANOS

Para começarmos a falar em crescimento, é importante destacarmos a expansão das instalações físicas do Campus Sorocaba. Dos aproximadamente 8 mil m² construídos, em 2008, hoje, o campus já conta com 48 mil m², entre 3 centros acadêmicos, 2 edifícios de aulas teóricas, 44 laboratórios, 3 auditórios, biblioteca, restaurante universitário, lanchonete, ambulatório, quadra poliesportiva, pista de atletismo e campo de futebol. E novas expansões já em andamento contemplam área de vivência dos estudantes, vestiário para o campo de futebol, reforma do Centro de Ciências Humanas e Biológicas, ampliação do restaurante universitário, construção do Museu de História Natural e área de vivência dos técnicos administrativos.

No que se refere aos seus recursos humanos, o Campus Sorocaba conta com 179 docentes em regime de dedicação exclusiva, sendo 94% doutores e 6% mestres. E 110 servidores técnico-administrativos, entre administradores, secretários, especialistas em informática, médicos, engenheiros, jornalista entre outros profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento.

Do início da sua implantação em 2006, ainda nas instalações da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (Facens) e da NCH Ltda., o



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Campus Sorocaba da UFSCar mais que triplicou o número de seus cursos de graduação. Em 2006, eram quatro cursos (Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Turismo e Bacharelado em Engenharia de Produção); em 2007, foi criado o Bacharelado em Engenharia Florestal; em 2008, foram abertos os cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas e de Bacharelado em Ciência da Computação; e, em 2009, no escopo do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), o campus recebeu sete novas graduações (Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Administração, Licenciatura em Geografia e Licenciatura Plena em Pedagogia). Em menos de 10 anos, 14 cursos em funcionamento, o que significa mais de um curso aberto por ano. Nos últimos cinco anos, foi o campus da UFSCar que mais abriu cursos de graduação. Anualmente, são oferecidas 620 vagas nos 14 cursos de graduação; e, hoje, são 3 mil alunos em atividade no Campus. Vale destacar que, dos alunos ingressantes em 2014, 32% são da cidade de Sorocaba. Portanto, embora uma universidade federal atraia sempre estudantes do país inteiro em busca de qualidade de ensino, o Campus Sorocaba da UFSCar tem sido escolhido - e acolhido - pela juventude sorocabana.

Em nível de pós-graduação, são nove programas desenvolvendo pesquisas de ponta: Biotecnologia e Monitoramento Ambiental; Ciência da Computação; Ciência dos Materiais; Diversidade Biológica e Conservação; Economia; Educação; Engenharia de Produção; Planejamento de Uso de Recursos Renováveis e Sustentabilidade na Gestão Ambiental. Ou seja, em nove anos, nove programas criados, com 320 alunos contribuindo com o avanço do conhecimento nas mais diferentes áreas. Além dos programas stricto sensu, são oferecidos quatro MBAs (Economia; Finanças; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; e, Gestão Estratégica da Inovação Tecnológica) e mais dois mestrados em rede (Mestrado Profissionalizante em Matemática - PROFIMAT e Mestrado Profissionalizante em Física - PROFIS). E já estão em análise quatro propostas para a abertura de cursos de doutorado nas áreas de Biotecnologia e Monitoramento Ambiental, Ciência dos Materiais, Educação e Planejamento de Uso de Recursos Renováveis.

Ainda no que se refere à atividade de pesquisa em nível de pós-graduação, vale destacarmos que entre 2014 e 2015, os pesquisadores do Campus Sorocaba somaram um total de 1.451 publicações de resultados de pesquisas em periódicos científicos, anais de congressos e livros. Recente pesquisa realizada pelo jornal "Cruzeiro do Sul" revela que é a maior produção científica de Sorocaba e região.

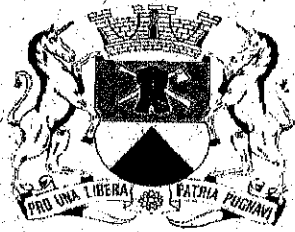


DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA UNIVERSIDADE

A resposta é que muito provavelmente não apenas o volume de recursos não seria maior, mas inclusive haveria piora na relação entre a demanda por recursos e a quantidade de dinheiro destinada à Instituição.

A principal fonte de recursos da Universidade são os chamados Recursos do Tesouro Nacional (RTN), destinados a gastos com Pessoal, Custeio (gastos gerais de manutenção) e Capital (obras e equipamentos). Tais recursos são previstos na Lei Orçamentária da União (LOA) - que passa por aprovação do Congresso Nacional - e distribuídos entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) considerando uma matriz de financiamento que trabalha com as seguintes variáveis: números de entrada (ingresso) e saída (diplomação) de estudantes de graduação; duração média dos cursos de graduação; número de estudantes de pós-graduação e avaliação dos cursos de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); número de docentes e titulação desses docentes, bem como o número de docentes que desenvolvem atividades de pesquisa; campi fora de sede, dentre outras.

Os recursos de RTN destinados à UFSCar são utilizados em três tipos de despesas: Gerais, ou seja, relativas ao uso de bens e serviços de interesse da Universidade como um todo (tais como energia elétrica e água, serviços terceirizados de vigilância e limpeza, manutenção da área urbanizada dos campi, dentre outros); Centralizadas, ou seja, recursos executados pela Pró-Reitoria de Administração (ProAd) e Prefeituras Universitárias, relativas ao uso de bens e serviços de interesse geral ou não (tais como assistência de Saúde, reformas e construções, publicações oficiais, dentre outros); e Específicas, relativas ao uso de bens e serviços de interesse específico de cada Centro Acadêmico (tais como manutenção de escritório, despesas com locomoção, correio, serviços de reprografia, dentre outros). A distribuição dos recursos entre esses tipos de despesas é aprovada pelo Conselho Universitário (ConsUni), que conta com representantes de todos os Centros Acadêmicos e segmentos que compõem a comunidade universitária. Já o modelo de partição da fração desses recursos que é executada diretamente pelos Centros Acadêmicos é objeto de atualização permanente por parte de uma comissão que conta com a participação dos Diretores dos oito Centros Acadêmicos da UFSCar, sendo três do Campus Sorocaba, três do Campus São Carlos, um do Campus Araras e um do Campus Lagoa do Sino (localizado no município de Buri). Em linhas gerais, essa distribuição entre os Centros segue as mesmas variáveis consideradas no modelo de partição de recursos entre as IFES, apresentadas anteriormente. Além dos recursos distribuídos por meio da matriz de financiamento, uma outra parte dos RTN vêm para a UFSCar já "canibados" para uso em fins específicos, como, por exemplo, ações vinculadas ao Programa Nacional de



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

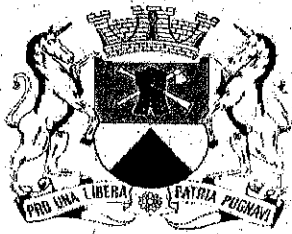
ESTADO DE SÃO PAULO

Assistência Estudantil (Pnaes), ao Programa Idiomas sem Fronteiras e à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (Renafor), dentre outros programas governamentais.

Assim, no que diz respeito aos recursos de RTN, não têm fundamento quaisquer argumentos que aleguem que, com uma eventual separação do Campus Sorocaba da UFSCar, necessariamente haveria ampliação dos recursos destinados à unidade. Primeiramente, porque o volume total de recursos, como descrito, depende única e exclusivamente dos indicadores da unidade, particularmente número de alunos, o que não se altera positivamente pelo simples fato da unidade se tornar independente. Além disso, como também registrado, toda a partição interna dos recursos é feita com a participação e anuência de todos os Diretores de Centro, o que garante que não haja privilégios a uma ou outra unidade. Por fim, é provável que, com uma eventual separação, a relação entre as demandas existentes e os recursos disponíveis se tornasse, inclusive, menos favorável, já que a manutenção de toda uma estrutura de administração própria no Campus Sorocaba - estrutura esta hoje compartilhada entre os campi - resultaria em gastos mais elevados do que os existentes na configuração atual.

Outra fonte de recursos para a UFSCar são os chamados Recursos Próprios, gerados pela própria Universidade, majoritariamente em atividades desenvolvidas no Campus São Carlos (como, por exemplo, o serviço de Registro de Diplomas). No entanto, a distribuição interna desses recursos contempla todos os campi, sendo proposta pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Conselho Universitário, de acordo com 25 programas previamente estabelecidos, que incluem, dentre outros, os programas especiais de apoio às Atividades de Graduação, às Atividades Culturais e às Atividades de Extensão; os programas de investimentos nos Restaurantes Universitários dos campi São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino; o Programa de Capacitação de Pessoal Técnico-Administrativo; e o Programa de Manutenção da Qualidade das Bibliotecas da UFSCar, dentre outros. Assim, também no caso dos Recursos Próprios, nada justifica a afirmação de que o volume de recursos destinados ao Campus Sorocaba seria ampliado com uma eventual separação da UFSCar, e, inclusive, vemos que provavelmente haveria redução, ao menos em um primeiro momento, já que a capacidade de geração desses recursos seria diminuída.

Por fim, a Universidade também recebe recursos extraorçamentários, provenientes de convênios firmados com diferentes órgãos, como, por exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu) e outros ministérios, dentre outras instituições. Tais recursos possuem destinações específicas, a depender do convênio estabelecido, e muitas vezes estão relacionados a projetos de pesquisa



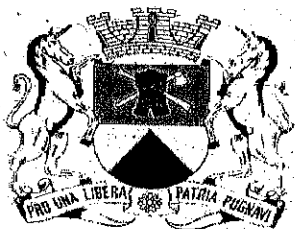
e/ou extensão elaborados pelos próprios docentes da UFSCar. Vale destacar que, em muitos casos, tais recursos têm sido utilizados justamente para apoiar o desenvolvimento dos campi em fase de consolidação, como, por exemplo, no caso dos editais do programa Pró-Equipamentos, da Capes, que apoia projetos institucionais de aquisição de equipamentos destinados à melhoria da estrutura de pesquisa científica e tecnológica nos programas de pós-graduação das instituições públicas de Educação Superior. No último edital do Pró-Equipamentos, em 2014, dos R\$ 1.804.000,00 conquistados institucionalmente pela UFSCar, 45,25% foram destinados ao Campus Sorocaba, que recebeu o maior volume de recursos dentre os campi. Como, no que diz respeito aos recursos extraorçamentários, muitas vezes, a possibilidade de obtenção do financiamento está relacionada à experiência dos docentes e ao estágio de consolidação de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, também neste caso o atual momento da trajetória do Campus Sorocaba, em caso de emancipação, poderia significar redução da capacidade de obtenção de tais recursos.

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UFSCAR

Inicialmente, é preciso registrar que a perspectiva de emancipação do Campus Sorocaba nunca esteve registrada no PDI. Tal ideia constava do primeiro Plano Diretor elaborado para o desenvolvimento físico do Campus. Neste documento, cujo foco era, justamente, o desenvolvimento do espaço construído do Campus, uma introdução mencionava o histórico de implantação da UFSCar em Sorocaba, contexto em que de fato se vislumbrava, como possibilidade, uma emancipação no futuro.

Em relação especificamente ao PDI, é preciso resgatar o processo de construção democrática e participativa do Plano, cuja primeira versão foi publicada em 2004, bem como o processo de atualização do PDI, concluído em 2013, também ele caracterizado pela participação de toda a comunidade universitária – servidores docentes e técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós-graduação.

O processo de atualização do PDI de 2004 foi iniciado em 2010, motivado pela transformação antes inimaginável pela qual a Universidade havia passado desde a aprovação da primeira versão, que previa que a Instituição dobrasse o número de alunos em 20 anos – ou seja, até 2024 –, fato que aconteceu já em 2012, ou seja, 12 anos antes do previsto! Tal crescimento deveu-se a dois momentos de forte expansão, o primeiro caracterizado justamente pela criação do Campus



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Sorocaba, e o segundo, a partir de 2009, pelos 20 novos cursos de graduação criados no âmbito do Reuni, o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do Governo Federal.

Para o processo de atualização, os trabalhos foram conduzidos em três eixos: Aspectos Acadêmicos, Aspectos Organizacionais e Aspectos Físico-Ambientais. Em cada um desses eixos, foram inúmeras as oportunidades de participação da comunidade universitária, pelo envio de contribuições, participação em eventos e, finalmente, por meio das discussões empreendidas ao longo de mais de um ano no Conselho Universitário da Instituição, que, repetimos, conta com a participação de todos os Centros Acadêmicos e segmentos da comunidade universitária.

Especificamente no que diz respeito aos Aspectos Organizacionais, que se relaciona mais diretamente às questões aqui apresentadas, os objetivos principais foram fazer uma avaliação das mudanças implantadas a partir do PDI 2004 - ou seja, uma avaliação do funcionamento dos órgãos colegiados da Universidade, justamente na perspectiva de aprimorar os mecanismos de gestão democrática e participativa consolidados na Instituição - e avançar na discussão sobre a estrutura multicampi da Universidade, para que a comunidade universitária pudesse traçar o perfil e a vocação da Instituição em relação a esse aspecto, ou seja, definir se a UFSCar trabalharia na perspectiva do desenvolvimento de sua estrutura multicampi ou seria uma "incubadora" de novas universidades.

O estudo sobre a estrutura multicampi foi conduzido em uma série de reuniões realizadas nos campi Araras (em abril e novembro de 2012), Sorocaba (em setembro e dezembro de 2012) e São Carlos (em outubro de 2012), que tiveram o objetivo de coletar questões, sugestões e propostas. A preparação desses encontros junto aos servidores docentes e técnico-administrativos, estudantes de graduação e alunos de pós-graduação envolveu o levantamento e compartilhamento de informações sobre as diretrizes do PDI relacionadas à estrutura organizacional - por meio de aplicativo online disponível à participação de todos os interessados -, bem como sobre estruturas organizacionais adotadas em outras universidades, dentre outras providências.

Os resultados de todas essas discussões foram apresentados ao ConsUni em reunião realizada em 22 de novembro de 2013 (após um ano de debates no Conselho sobre os demais eixos do PDI). O documento apresentado ao Conselho retratou a defesa da adoção do modelo de universidade multicampi e, mais do que isso, a ampla e irrestrita oposição ao modelo da "incubadora de universidades" que marcou todas as reuniões realizadas para debate dessa questão junto à comunidade universitária, posições estas que foram, inclusive, veementemente defendidas pelo então Diretor do Campus Sorocaba da UFSCar. Assim, apontou-se ao ConsUni a diretriz de consolidação do perfil de

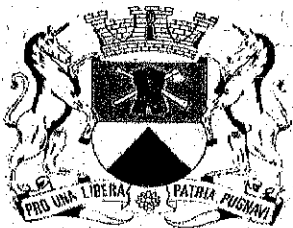


universidade multicampi da UFSCar, diretriz está aprovada pelo Conselho que, pedimos licença para reiterar, conta com representação de todos os Centros Acadêmicos e segmentos da comunidade universitária. Essa necessidade de reiterarmos tal aspecto da tradição da UFSCar - de tomada de decisões de forma democrática e participativa - infelizmente é criada frente às afirmações absurdas e sem nenhum fundamento de verdade de que tais decisões, relativas ao PDI e/ou, como abordaremos em seguida, à abertura de novos cursos, teriam sido tomadas autoritariamente por uma única pessoa ou por um único grupo de pessoas. Isto é completamente impraticável e impossível na UFSCar, que é referência entre as demais universidades brasileiras justamente pela sua defesa intransigente desse modo de atuação, o que configura, certamente, mais uma razão para que defendamos que Sorocaba continue a contar com essa Instituição que é modelo para tantas políticas públicas de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação em nosso país.

CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NO CAMPUS SOROCABA

Um questionamento que tem aparecido é se a UFSCar impede a criação de novos cursos em Sorocaba. Esta é uma questão até difícil de responder, tamanha a sua falta de aderência à realidade da UFSCar. Primeiramente, mais uma vez, é preciso registrar que a apreciação de planos de abertura de novos cursos de graduação e/ou pós-graduação não é feita pelo Reitor, pela Administração Superior da UFSCar como um todo ou por qualquer pessoa, unidade ou instância que possa ser identificada exclusivamente com o Campus São Carlos. Essas decisões são tomadas por deliberação de órgãos colegiados - o Conselho de Graduação, no caso dos cursos de graduação, e o Conselho de Pós-Graduação, no caso dos cursos de pós-graduação - e, além da análise quanto ao mérito realizada por esses conselhos, tais planos dependem da disponibilidade de recursos humanos e financeiros e, no caso da pós-graduação, também da aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ou seja, mesmo se fosse o caso de ter existido qualquer impedimento à abertura de cursos no Campus Sorocaba, tal impedimento não poderia ser imputado a essa "entidade" que subjaz à responsabilização de "São Carlos" e, tampouco, a decisões autoritárias. Porém, a história do Campus não nos mostra que tenham existido tais impedimentos.

A história dos cursos de graduação no Campus Sorocaba da UFSCar inicia-se em março de 2006, com a recepção dos primeiros estudantes



para os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Engenharia de Produção e Bacharelado em Turismo. Em 2007, é implantado o curso de Engenharia Florestal e, no ano seguinte, os cursos de bacharelado em Ciências Econômicas e em Ciência da Computação. Embora não entendamos a comparação entre campi como um processo positivo e/ou produtivo – já que, na UFSCar, o que se busca é o desenvolvimento da Instituição como um todo –, infelizmente os termos em que a discussão sobre a possibilidade de emancipação do Campus Sorocaba é algumas vezes apresentada nos obrigam a fazer aqui tais comparações, visando única e exclusivamente ilustrar como são improcedentes os argumentos de defesa dessa separação como caminho para que o Campus Sorocaba possa se libertar de um pretenso “jugo de São Carlos”.

No período que vai de 2006 a 2008, ou seja, desde a criação do Campus Sorocaba até o início da implantação do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) – que configurou uma expansão inédita do Sistema Federal de Ensino Superior e, nessa condição, será comentado a seguir –, foram criados 10 novos cursos de graduação na UFSCar, sendo 7 deles no Campus Sorocaba, 1 no Campus Araras e 2 no Campus São Carlos. Já no âmbito do Reuni, iniciado em 2009, foram 20 novos cursos de graduação criados na Universidade, sendo 9 no Campus São Carlos, 7 no Campus Sorocaba e 4 no Campus Araras. De 2009 até o presente momento, o foco da Universidade, de todos os seus campi, tem estado na consolidação dessa imensa quantidade de cursos criados ao mesmo tempo no âmbito do Reuni. Desde então, apenas quatro novos cursos de graduação foram criados, sendo três deles os de inauguração do Campus Lagoa do Sino, em 2014 (engenharias Agrônoma, Ambiental e de Alimentos) e, o último, o de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Língua Portuguesa, que iniciou suas atividades em 2015 no Campus São Carlos atendendo demanda do Governo Federal, no contexto do programa Viver sem Limites. Assim, como vemos, não apenas o crescimento dos demais campi da UFSCar, particularmente São Carlos, não se deu em detrimento do fortalecimento do Campus Sorocaba, mas, na direção exatamente oposta, o maior número de novos cursos de graduação no período que vai de 2006 a 2015 aconteceu no Campus Sorocaba!

Já a história da pós-graduação no Campus Sorocaba começa apenas dois anos depois do início das atividades na graduação, em 2008, com os programas de pós-graduação em Ciência dos Materiais e Diversidade Biológica e Conservação. Desde então, mais oito programas de pós-graduação foram criados, totalizando 10 programas no Campus Sorocaba, em um crescimento extremamente significativo em apenas oito anos. Nesse mesmo período, nos demais campi, foi criado praticamente o mesmo número de programas – 9 em São Carlos e 2 em



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Araras -, o que mais uma vez evidencia que o desenvolvimento do Campus Sorocaba tem encontrado muito mais apoio e fomento do que limitações.

Cabe resgatar o fato de que a adesão da UFSCar ao Reuni foi decidida por seu Conselho Universitário e, a partir dessa deliberação, coube aos conselhos do Campus Sorocaba a discussão sobre quais cursos abrir, com quantas vagas, com qual projeto pedagógico, bem como o encaminhamento de suas decisões ao ConsUni, que acatou todas as propostas enviadas pelo Campus.

Além do número de cursos criados, merecem registro, além do investimento já mencionado na aquisição de equipamentos para os programas de pós-graduação, aqueles realizados no desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa do Campus, por meio dos editais do CTInfra (Fundo Setorial de Infraestrutura, gerenciado pela Finep - Financiadora de Estudos e Projetos), e também a aplicação de mais de R\$ 20 milhões na finalização de três edifícios construídos mais recentemente no Campus (com uma área total de mais de oito mil metros quadrados), recursos estes que haviam sido pactuados com o Ministério da Educação mas, até o momento, não foram efetivamente liberados, o que significa que a Universidade teve de realizar um grande esforço de remanejamento de recursos para poder executar tais obras, mais uma vez demonstrando seu compromisso com o desenvolvimento do seu Campus Sorocaba.

RELAÇÃO ENTRE A UFSCAR E A CIDADE DE SOROCABA E SUA REGIÃO METROPOLITANA

No que diz respeito à identificação da UFSCar com a cidade de Sorocaba, nosso entendimento é de que Sorocaba já possui uma universidade federal, sua universidade federal, que forma estudantes de graduação e pós-graduação - grande parte deles oriundos da própria região e/ou que, após formados, continuam aqui desempenhando com competência e compromisso com a transformação social suas atividades profissionais -, produzindo conhecimento da mais alta qualidade e interagindo intensamente e cada vez mais com as demandas da sociedade de Sorocaba e região. O Campus Sorocaba da UFSCar, vem, assim, participando, adquirindo e construindo uma identidade regional, a partir dessa interação com a comunidade e municípios por parte de servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação.

Cabe, aqui, um comentário específico sobre as atividades de extensão universitária. A UFSCar possui uma política de extensão que é



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

referência para universidades de todo o País, pois trabalha na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação às demandas e necessidades dos diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira, buscando, concomitantemente, identificar os principais problemas locais, regionais e nacionais, produzir conhecimento que ajude na solução desses problemas e formar profissionais comprometidos com o enfrentamento dessas questões ao longo de sua vida profissional. As atividades de extensão voltam-se, sobretudo, ao território, e, em Sorocaba, servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação desenvolvem programas e projetos nas áreas de Saúde; Direitos Humanos e Justiça; Trabalho; Comunicação; Meio Ambiente; Tecnologia e Produção; e Educação. Desde o início das atividades do Campus Sorocaba, já foram oferecidas mais de 800 atividades de extensão, sendo que, nos últimos dois anos, por exemplo, foram oferecidas 146 e 182 atividades, em 2013 e 2014, respectivamente, um número que vem crescendo ano a ano. Além disso, de 2006 a 2014 foram estabelecidas 366 parcerias entre a UFSCar e empresas, entidades e organizações de Sorocaba e região.

Assim, reiteramos, Sorocaba já possui a sua universidade federal, e não apenas uma universidade federal. Sorocaba possui uma universidade federal que já é reconhecida nacional e internacionalmente, que já é referência em inúmeros aspectos, em ensino, em pesquisa e em extensão. Uma universidade com uma política em relação a seus estudantes que evidencia sua preocupação não apenas com o acesso, mas com a permanência de todos os estudantes com qualidade na Universidade. Uma universidade democrática e pioneira na escolha de seus dirigentes, o que poucas universidades federais fazem até hoje, democrática em todos os processos de tomada de decisão empreendidos cotidianamente na Instituição.

UNIVERSIDADES FEDERAIS MULTICAMPI

A experiência de universidades multicampi não é nova no País, embora seja uma realidade mais recente na história das universidades federais. No Estado de São Paulo, por exemplo, temos as instituições públicas estaduais – USP, Unesp e Unicamp –, todas elas multicampi, presentes em várias cidades do Estado, a exemplo da Unesp em Sorocaba. Dentre as universidades federais presentes no território paulista, além da UFSCar, temos a Unifesp e a UFABC, ambas também multicampi. A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), uma universidade já conceituada, estabelecida e reconhecida nacional e internacionalmente, como a UFSCar, e que optou por se expandir, encontrando-se presente hoje na Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Campos e concentrando suas atividades administrativas na cidade de São Paulo, local de seu surgimento original. Já a UFABC (Universidade Federal do ABC) constitui-se em uma realidade completamente diferente, uma vez que não foi fruto de uma expansão, mas sim a constituição de uma nova universidade, que já nasce com dois campi, um em Santo André e outro em São Bernardo do Campo, tendo sua sede administrativa em local distinto das atividades do campus na cidade de Santo André. Tudo isso apenas evidencia que a tendência no Sistema de Ensino Superior do País, especialmente por meio da última expansão, é o da constituição de universidades multicampi.

A história da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – que, tem sido comparada equivocadamente à do Campus Sorocaba da UFSCar – começa ainda em 1952, com a criação da Escola Politécnica de Campina Grande que, em 1955, viria a compor a Universidade da Paraíba e, em 1960, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que já nasce com os campi João Pessoa, Campina Grande e Areia. Ou seja, se considerarmos apenas o marco de criação da Universidade Federal da Paraíba – 1960 –, o campus de Campina Grande já tinha 42 anos quando se transformou em Universidade Federal de Campina Grande, em 2002. O primeiro projeto de criação da UFCG, a partir de desmembramento da UFPB, data de 1975, ou seja, de 27 anos antes da efetiva criação da Universidade. Novas propostas foram apresentadas em 1984 e 1989. Em 1992, o Ministério da Educação realiza um estudo de viabilidade, que conclui pelo desmembramento; no entanto, o impeachment do então Presidente Collor de Mello abortou o processo. Em 1995, uma comissão interna à UFPB promoveu discussões na comunidade universitária e a elaboração de um anteprojeto. Em 1996, a partir dessas discussões, foi criada uma nova comissão interna, que elaborou estudo de viabilidade encaminhado ao MEC em julho de 1996. A partir desse estudo, a UFCG foi criada em 2002. É importante ressaltar que o processo foi discutido e proposto internamente, dentro dos princípios de autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior.

No momento de sua criação, o Campus Campina Grande já era, no momento de sua criação, maior que a UFSCar como um todo no mesmo período. De 2002 a 2007 (ano anterior à implantação do Reuni), a UFCG cresceu 16% em relação ao número de estudantes de graduação em cursos presenciais; 34% em relação ao número de docentes; e 16% em relação ao número de TAs. Essas taxas de crescimento, de 2007 até 2013 (último censo do MEC), foram de 77% em relação ao número de estudantes de graduação em cursos presenciais; 54% em relação ao número de docentes; e, no caso dos técnico-administrativos, houve queda de 7%. Portanto, em linhas gerais, o crescimento mais significativo da UFCG se deu em função do Reuni e acompanhando o crescimento de todo o Sistema Federal de Educação Superior, e não devido ao desmembramento!



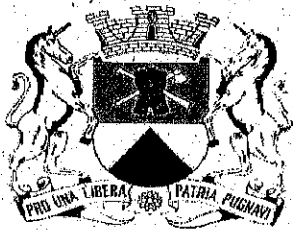
CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Além disso, é importante que consideremos a conjuntura atual das políticas de Educação Superior do País – que não apontam na direção da transformação dos inúmeros campi criados no processo de interiorização da Educação Superior no âmbito do Reuni em novas universidades independentes – e, sobretudo, que a existência da UFSCar em Sorocaba não apenas não resulta em quaisquer prejuízos ao Município, mas significa um potencial de desenvolvimento que vai muito além do que o já concretizado até aqui, como esperamos ter conseguido ao menos sinalizar neste documento.

SOMOS MAIS FORTES JUNTOS

Historicamente, a UFSCar vem se posicionando entre as melhores universidades do país. No ranking geral de universidades publicado, em 2015, pelo jornal "Folha de S. Paulo" – que avaliou 192 instituições públicas e privadas –, a UFSCar ficou na 12ª posição, considerando a qualidade da pesquisa, do ensino, avaliação do mercado, inovação e internacionalização. Ao mesmo tempo, o Guia do Estudante da Editora Abril indica que a UFSCar tem 23 cursos de graduação avaliados com cinco estrelas – ou seja, considerados de excelência – dentre eles, quatro estão no Campus Sorocaba. Já pesquisa realizada pela Quacquarelli Symonds (QS) – que pede a profissionais do mercado do mundo todo que indiquem quais as instituições de ensino superior que eles preferem para recrutar candidatos – e publicada pela Revista Exame, também em 2015, aponta a UFSCar como a 7ª universidade brasileira (entre públicas e privadas) mais respeitadas pelos empregadores. O que queremos demonstrar com isso é que a marca UFSCar transmite confiança, qualidade, responsabilidade e ética. Contar com o respaldo de uma instituição de 45 anos de experiência que prima pela excelência acadêmica com compromisso social faz toda a diferença para o desenvolvimento do Campus Sorocaba. É a partir desse respaldo e contando com a experiência acumulada e compartilhada entre as comunidades dos quatro campi da UFSCar, que o Campus Sorocaba conseguiu triplicar, em menos de 10 anos, os seus cursos de graduação; aprovar todos os seus programas de pós-graduação; realizar quase mil atividades de extensão; e conquistar recursos para as obras que, em pouco tempo, sextuplicaram sua área construída (como vimos, o Campus passou de 8 mil m² construídos, em 2008, para 48 mil m², hoje). Sem o respaldo, o conhecimento e a experiência administrativa de uma instituição de 45 anos, podemos afirmar que o Campus Sorocaba não teria alcançado tamanho desenvolvimento em tão pouco tempo. E mais, a UFSCar está comprometida para que o campus continue a se desenvolver, atraindo os melhores alunos e pesquisadores para Sorocaba e sua região.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Além do respaldo institucional e da força da marca UFSCar, o Campus Sorocaba compartilha de uma infraestrutura de gestão administrativa, acadêmica e informacional que torna todos os trâmites e processos burocráticos mais ágeis e eficientes. São sistemas tecnológicos desenvolvidos por equipes multidisciplinares da UFSCar que tornam a estrutura institucional mais eficiente, como exemplo, podemos citar o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), que gerencia a trajetória acadêmica de todos os alunos; o Sistema ProExWeb, que articula a realização das atividades de extensão universitária; e o Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI) que faz a gestão de informações, conteúdos e veículos de comunicação da UFSCar. Isso para ficarmos em apenas três rápidos exemplos. Ou seja, há uma gama de sistemas e softwares de comprovada eficácia compartilhados entre os quatro campi da UFSCar que permitem o desenvolvimento da instituição como um todo e das suas diferentes unidades.

Se o Campus Sorocaba se privilegia e cresce com o apoio dessa infraestrutura compartilhada, ele conta também para o seu desenvolvimento com a experiência de pesquisadores e professores com representatividade nacional: o Reitor da UFSCar acaba de encerrar seu mandato à frente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); a Pró-reitora de Graduação da UFSCar é presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Cograd); o Pró-reitor de Gestão de Pessoas da UFSCar, Mauro Rocha Cortes, é dirigente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas (Forgepe). Isto é, a UFSCar participa ativamente de processos decisórios em nível nacional e se coloca como protagonista das mudanças que tanto desejamos para a educação no Brasil. Contar com uma universidade dessa envergadura e representatividade, coloca Sorocaba e sua região também em evidência no cenário nacional da educação e da inovação científica e tecnológica. Isso sem contar o reconhecimento internacional da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão a UFSCar desenvolve.

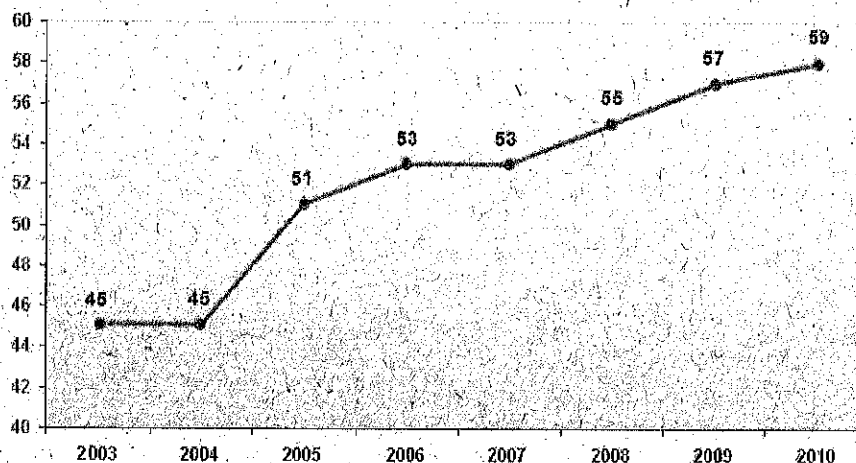
Frente ao exposto, continuamos à disposição desta Comissão, bem como de toda a população de Sorocaba, para esclarecer outras dúvidas que eventualmente se façam presentes e, muito especialmente, para compartilhar com todos os interessados todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão já desenvolvidas pela comunidade do Campus Sorocaba, bem como construir novas possibilidades de parceria que venham fortalecer ainda mais a interação e a cooperação entre a UFSCar e a cidade que a abriga.



PLANO DE EXPANSÃO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Universidades Federais



24 de Fevereiro de 2010

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81

MEC autoriza 420 novas vagas de medicina em universidades federais. Serão criados 8 cursos em campi no interior da BA, em GO, MG, MS e no PI. Maioria das vagas são para a Bahia, com 160.

13/05/2014 - Atualização em 13/05/2014, G1, em São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) autorizou a abertura de oito novos cursos de medicina em campi de universidades federais localizadas em cidades do interior do país. Ao todo, serão oferecidas 420 vagas. A portaria foi publicada nesta terça-feira (13) no "Diário Oficial da União". Segundo o MEC, as vagas serão oferecidas já no segundo semestre deste ano.

A Bahia vai receber três novos cursos de medicina e um total de 160 vagas. A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) terá um curso com 40 vagas em Paulo Afonso; a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) abrirá 80 vagas em Teixeira de Freitas; e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) colocará à disposição 40 vagas em Barreiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda no Nordeste, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) terá curso de medicina com 40 vagas em Parnaíba. A mesma quantidade será oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no campus de Caicó.

No Centro-Oeste, a Universidade Federal de Goiás (UFG) poderá abrir um curso de medicina com 60 vagas no campus de Jataí. Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), fica autorizada a criação de 60 vagas em Três Lagoas.

No Sudeste, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) teve autorizada a criação de 60 vagas para bacharelado em medicina no campus de Teófilo Otoni (MG).

A iniciativa do MEC acompanha o objetivo da lei do programa Mais Médicos, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no ano passado e, entre outras coisas, prevê a criação de 11.447 vagas em faculdades de medicina até 2017. Em dezembro do ano passado, o ministério já havia autorizado a abertura de 560 novas vagas do curso em universidades federais.

MEC autoriza 800 novas vagas de engenharia em universidades federais. Foram criados cinco cursos na UFPE, três na UFSCar e um na UFCG. Também foram criados cursos na UFTM, UERN, UFS e UFPI.

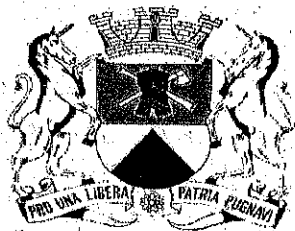
14/05/2014 - Atualizado em 14/05/2014 G1, em São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) autorizou a abertura de nove cursos de engenharia em três universidades federais do país (Pernambuco, São Carlos e Campina Grande), em um total de 800 vagas. Além disso, também foi autorizada a criação de mais cinco cursos, sendo um de ciências biológicas, um de química, um de terapia ocupacional e dois de letras, em outras quatro instituições (as federais do Triângulo Mineiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí). Os cursos serão em campi de cidades do interior. A portaria foi publicada nesta quarta-feira (14) no "Diário Oficial da União".

MEC autoriza 420 novas vagas de medicina em universidades federais

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) concentra o maior número de novas vagas: 600. A instituição terá no campus de Cabo de Santo Agostinho os cursos de engenharia de materiais (120 vagas), engenharia mecânica (120), engenharia elétrica (120), engenharia eletrônica (120) e engenharia civil (120).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) terá três novos cursos: engenharia de agrônômica (50 vagas), engenharia de alimentos (50) e engenharia ambiental (50). As aulas serão dadas no campus de Buri (SP). A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) terá o curso de engenharia civil em Pombal (PB) terá 50 vagas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Os outros cursos com autorização aberta são os de ciências biológicas (50 vagas) e química (50) na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); terapia ocupacional (40) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); letras libras (30) na Universidade Federal do Segipe (UES); e letras português na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Na terça-feira (13), o MEC havia anunciado a criação de 420 vagas em cursos de medicina.

O presidente interino, Michel Temer, anunciou congelamento na ampliação de vagas no ensino superior no dia 14 de outubro de 2016. O Diário Oficial da União publicou a portaria nº 20 do MEC, que dispõe sobre a redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino. Após anos consecutivos de esforço para expansão de vagas em toda a rede federal, a pasta comandada por Mendonça Filho inverte essa tendência.

A publicação da portaria nº 20 do MEC dispõe sobre a redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino. Após anos consecutivos de expansão de vagas em toda a rede federal, a pasta comandada por Mendonça Filho inverte essa tendência.

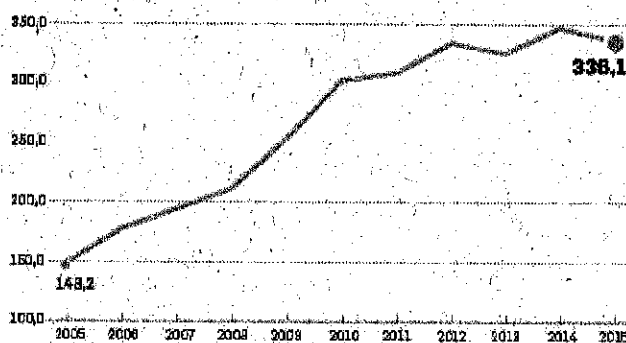
O gráfico abaixo, publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* aponta que o projetado pelo Governo Dilma chegou a um teto em 2014, sendo que o plano de expansão planejada das instituições de ensino superior em graduação (como demonstra o gráfico) duplicou em dez anos.

REDE FEDERAL

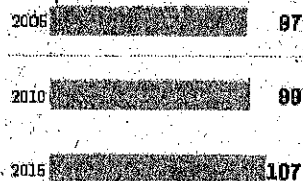
• Pela primeira vez há queda de ingressantes

Ingressantes

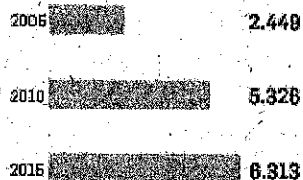
EM MILHARES DE PESSOAS



Instituições federais



Cursos ofertados



Matrículas em cursos de graduação

EM MILHARES

FONTE: CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INFORMAÇÃO, ESTADÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SOROCABA VISITA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - CE

RELATÓRIO

A Comissão Especial Para Debater a Criação da UFSOR, esteve na cidade de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, representada pelos vereadores Izídio de Brito - Presidente; Luis Santos - Relator; Anselmo Neto - Membro no dia 30 de novembro de 2015.

Na oportunidade, a Comissão foi recepcionada pelos diretores da UFCA/CE e cumpriu o roteiro de trabalho previamente acertado via email, como segue:

Prezados,

Conforme combinado com a Sra Marisa, encaminhamos Proposta de Agenda para o dia 30 de novembro de 2015, visita à UFCA.

Manhã: Campus Juazeiro do Norte

8h- Recepção pelo Vice-Reitor. Apresentação da UFCA.

9h às 10h - Encontro com os Pró-Reitores das áreas fins: Pró-Reitora de Ensino, Pró-Reitor de Extensão, Pró-Reitora de Pesquisa e Pró-Reitor de Cultura.

10h às 11h - Visita no Campus Juazeiro.

11h às 12h - Entrevista com a imprensa local.

Almoço:

Central Gourmet

Tarde: Reitoria - Centro Multiuso

15h - Encontro com a Reitora.

Como resultado prático da referida visita, foi colhido pela Comissão, material informativo para a avaliação quanto a possibilidade de transformação de um campus em uma universidade como ali ocorreu.



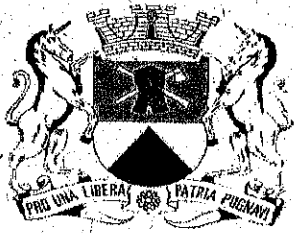
O PARADIGMA UFCA

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) foi criada pela Lei 12826, de 05 de junho de 2013, a partir de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará, mantendo entre elas um Termo de Cooperação.

A UFCA baseia suas ações em quatro pilares: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e tem como objetivo maior promover a inclusão social e o desenvolvimento regional.

O Ministério da Educação apresentou os motivos do desmembramento no documento assinado por Miriam Aparecida Belchior e Fernando Haddad, juntado ao projeto de lei PL 2208/2011 que originou a Lei 12.826, de 05 de junho de 2013, como transcrito a seguir:

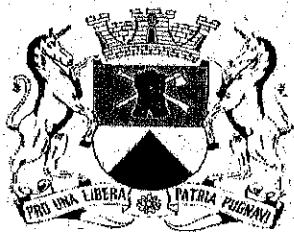
1. *Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o Anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, criada pela Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954.*
2. *A UFCA terá sede e foro na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, e área de abrangência inicial na Microrregião do Cariri e seu entorno, onde estará fisicamente instalada com campi nos Municípios de Barbalha, Crato, Icó, Brejo Santo.*
3. *A Microrregião do Cariri possui área de 4.115,828 km², com população estimada de 534.228 habitantes que integram à mesorregião Sul Cearense. A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do Governo Federal e foco do debate sobre a reforma universitária. A criação de uma Universidade Pública, localizada no sul do Estado do Ceará, atenderá não só a esses propósitos, como também à demanda de uma região com economia e cultura peculiares.*
4. *Por essa razão, a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial para o desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado as políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.*
5. *A Universidade Federal do Cariri será pautada por princípios orientadores que visam à integração da região e o desenvolvimento dos municípios que perfazem a região do Cariri e seu entorno. Dentre esses princípios, destacam-se o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a permanência dos cidadãos na região; o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região; a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo projeto político pedagógico e que dão sentido ao conhecimento; o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador; e a interação entre as cidades e os estados que compõem a região.*



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

6. Com a implantação da UFCA serão oferecidos 27 (vinte e sete) cursos de graduação, tendo como meta 6.490 (seis mil quatrocentos e noventa) estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação. O modelo institucional e acadêmico a ser adotado para UFCA será multicampi. Inicialmente, contará com 5 (cinco) campi, nos municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, desmembrados da UFC, e dos campi de Icó e Brejo Santo, que serão criados.
7. A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas Universidades Públicas Federais e Estaduais. É importante ressaltar que cargos de direção e funções gratificadas são criados por Lei e em geral ligados a criação de novas instituições, não existindo neste MP e no MEC reserva técnica e estratégica que possibilite a estruturação da nova Instituição. Sendo assim, deverão ser criados os seguintes Cargos de Direção e Funções Gratificadas: 1 (um) CD-1, 8 (oito) CD-2, 25 (vinte e cinco) CD-3, 58 (cinquenta e oito) CD-4, 101 (cento e um) FG-1, 101 (cento e um) FG-2, 76 (setenta e seis) FG-3, 114 (cento e quatorze) FG-4. O impacto orçamentário decorrente da criação desses cargos e funções é estimado em R\$ 9,95 milhões, no exercício de 2013.
8. No que se refere ao quadro de pessoal efetivo, será composto por cargos ocupados e vagas redistribuídos do quadro de pessoal da UFC, disponibilizados para funcionamento dos campi de Barbalha, Crato, e Juazeiro do Norte. Ainda integrará o quadro de pessoal da UFCA, 727 (setecentos e vinte e sete) cargos a serem criados, sendo: 197 (cento e noventa e sete) cargos de professores do magistério superior, 212 (duzentos e doze) cargos técnico-administrativos de nível superior (classe E) e 318 (trezentos e dezoito) de nível intermediário (classe D).
9. Cumpre informar que a simples criação dos cargos não ocasiona impacto orçamentário imediato. Somente haverá aumento do dispêndio na medida em que forem autorizados os concursos públicos para o provimento das vagas que se propõe criar. Embora se estime um período de três anos para a completa implantação da Universidade, o provimento dos cargos criados ocasionará impacto de forma gradativa, estimado em R\$ 13 milhões no exercício de 2013, de R\$ 19 milhões no exercício de 2014 e de R\$ 10 milhões no exercício de 2015. De todo modo, mesmo que os efeitos financeiros da proposta só vigorarão a partir do exercício de 2013, os quantitativos apenas de cargos e funções que se propõe criar foram incluídos, apenas, nos limites físicos no rol das autorizações específicas constantes do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012, em elaboração. Quanto aos impactos orçamentários dos gastos com custeio e investimentos, serão custeados com os limites que forem disponibilizados ao longo do período (2013 a 2017) previstos para o MEC.
10. Acreditamos, Senhora Presidenta, que a criação da Universidade Federal do Cariri trará efetivos benefícios para a região, em especial para a Região do Cariri e seu entorno, ampliando a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerando conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar dos habitantes da região.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Significará, sobretudo, a oportunidade de acesso ao ensino superior para milhares de pessoas de famílias com renda insuficiente para manter seus filhos em Universidades Públicas Federais distantes ou para assumir compromissos com mensalidades em universidades que não sejam públicas.

Com natureza jurídica de autarquia, a UFCA é vinculada ao Ministério da Educação e está sediada em Juazeiro do Norte e é composta por cinco campi.

A UFCA possui, atualmente, 5 campi, localizados nas cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo, Crato e Icó, com informações de novembro de 2015.

O campus de Juazeiro do Norte está localizado no bairro Cidade Universitária, e possui três centros acadêmicos. Atualmente o campus sedia 9 cursos de graduação: Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Jornalismo, Design de Produto, Filosofia (bacharelado e licenciatura) e Música (licenciatura).

Além da reitoria, funcionam no campus as seguintes unidades da Universidade: Pró-reitoria de Administração, Pró-reitoria de Cultura, Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, Pró-reitoria de Planejamento, Diretoria de Assistência Estudantil, Diretoria de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade, Diretoria de Comunicação, Diretoria de Cooperação Internacional, Diretoria de Gestão de Serviços, Diretoria de Infraestrutura, Diretoria de Tecnologia da Informação e a sede do Sistema de Bibliotecas. Também ocorrem neste campus as aulas do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, do Mestrado profissionalizante em Matemática e da especialização em Gestão de Ambientes de Informação.

O campus possui estrutura laboratorial para os cursos, além de estacionamento próprio, refeitório universitário, biblioteca e a sede do Sindicato dos Professores, a ADUFC. Está em fase de ampliação para construção da residência universitária e da quadra esportiva.

O campus Barbalha está localizado no bairro do Rosário. Atualmente, funciona no campus apenas o curso de Medicina, que faz parte do Centro Acadêmico Faculdade de Medicina (FAMED). Além dele, funcionam no campus a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Gestão de Serviços.

O campus possui estrutura laboratorial, biblioteca, além de unidade de atendimento para a população de Barbalha e refeitório universitário.

O campus de Brejo Santo está localizado no centro da cidade, funcionando em prédio fornecido pelo Governo Municipal. Sedia o Instituto de Formação de Educadores, com o curso de Licenciatura em Ciências Naturais. O curso permite a formação de professores em quatro áreas de conhecimento: Matemática, Física, Química e Biologia.

O campus do Crato está localizado no bairro Barro Branco e possui o Centro Acadêmico de Ciências Agrárias e Biodiversidade, responsável pelo curso de Agronomia.

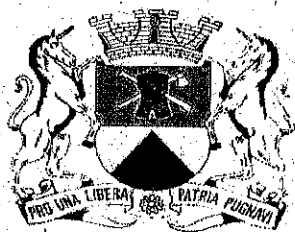


CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

A unidade possui estrutura laboratorial para o curso, refeitório universitário, biblioteca, além de estar em fase de ampliação para construção de estacionamento próprio e de quadra esportiva.

O campus do Icó está localizado no centro da cidade, e sedia o Instituto de Estudos do Semiárido, responsável pelo curso de História. A unidade funciona em um prédio fornecido pelo Governo Municipal, enquanto a sede própria está em fase de construção. Fonte: <https://www.ufca.edu.br/portal/>



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

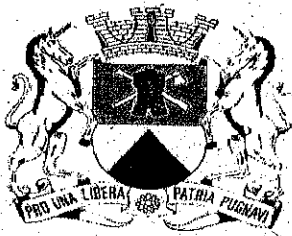
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCLUSÃO

Após os diligentes trabalhos realizados pela Comissão Especial no período compreendido entre 03 de junho de 2014 até a presente data, os membros abaixo assinados que nela permaneceram, concluíram o seguinte,

I. Da possibilidade de transformação do Campus da UFSCar-Sorocaba na UFSóR com fulcro nas seguintes razões:

1. a região de Sorocaba anseia há muitos anos pela implantação de uma universidade com identidade regional;
2. desde a década de 1960 Sorocaba tem sido considerada como local de implantação de uma universidade federal;
3. a partir de 2000 várias iniciativas foram tomadas pelos deputados da região para a implantação da Universidade Federal de Sorocaba;
4. em 2005 a UFSCar, acordou com o MEC a implantação de um campus que viria a ser a futura Universidade Federal de Sorocaba, conforme consta em seu plano diretor;
5. esse campus foi implantado e começou a funcionar em 2006 com essa perspectiva;
6. o campus Sorocaba encontra-se bastante desenvolvido contando com 15 cursos de graduação, 10 de pós-graduação, cerca de 3 mil estudantes de graduação e pós-graduação, 180 docentes e 95 servidores técnicos administrativos;
7. o Campus Sorocaba nestes 8 anos de atuação desenvolveu efetivamente uma identidade regional através de seus projetos de pesquisa e extensão;
8. a Prefeitura Municipal de Sorocaba e a Câmara Municipal de Sorocaba desde o início apoiaram e viabilizaram a criação e ampliação b a perspectiva da sua transformação em Universidade Federal de Sorocaba;
9. a demanda regional por vagas em curso superiores gratuitos e de qualidade é forte na região e no estado de S. Paulo;
10. a implantação da Universidade Federal de Sorocaba é fundamentalmente importante para o desenvolvimento sustentável de Sorocaba e da região através criação e oferta de novos cursos para atende demandas regionais;
11. o desenvolvimento de Sorocaba deve se basear fortemente na Ciência, Tecnologia e Inovação como forma de perenizar o ciclo virtuoso de desenvolvimento que vem experimentando nestes anos;
12. Sorocaba é hoje um dos principais vetores do desenvolvimento do Estado de São Paulo e do Brasil;
13. os investimentos feitos no interior do Estado de São Paulo para a criação de universidades públicas federais são insuficientes perante a grande demanda;
14. o status de líder regional confere a Sorocaba o direito de demandar a implantação de uma Universidade de caráter regional e identidade própria;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

15. neste momento muitas outras cidades do Brasil, com muito menos expressão econômica e importância histórica, tem recebido Universidades Federais;
16. o momento que se apresenta é propício à criação da Universidade Federal de Sorocaba, uma vez que constituiu-se a Região Metropolitana de Sorocaba e o Governo Federal discute o próximo plano de expansão do ensino superior;
17. Sorocaba conquistou, com esforço de todos, o título de Cidade Educadora.

Para a consecução dessa possibilidade (transformação da UFSCar-Sorocaba para UFSOR) a Comissão propõe a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração de um Plano de Transição, com a composição sugerida de representantes da Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba, da Câmara Municipal de Sorocaba, da Reitoria da UFSCar, da Diretoria do Campus da UFSCar-Sorocaba e do Ministério da Educação.

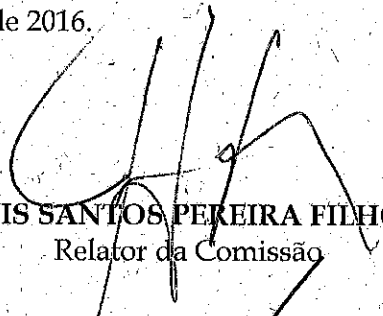
II. Implantação e criação de uma nova universidade federal denominada UFSOR - Universidade Federal de Sorocaba e Região.

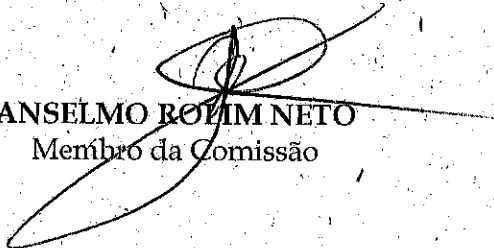
Envio do presente relatório para: Reitoria UFSCar; Diretoria UFSCar-Sorocaba; Centro Acadêmico UFSCar-Sorocaba; Ministério da Educação; Secretária de Educação do Estado de São Paulo; Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo em Sorocaba; Secretaria Municipal de Educação; Exmó. Sr. Caldini Crespo, prefeito eleito; Comissão de Educação da Câmara Municipal de Sorocaba.

Em acordo com o conteúdo e propostas do presente Relatório, assinam abaixo em plena consciência de seu inteiro teor.


Sorocaba, 30 de novembro de 2016.

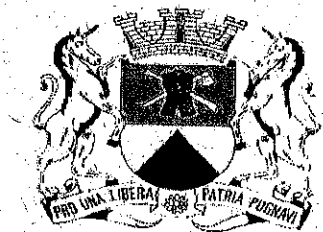

IZIDIO DE BRITO-CORREIA
Presidente da Comissão


LUIS SANTOS PEREIRA FILHO
Relator da Comissão


ANSELMO ROZIM NETO
Membro da Comissão


HELIO APARECIDO GODOY
Membro da Comissão

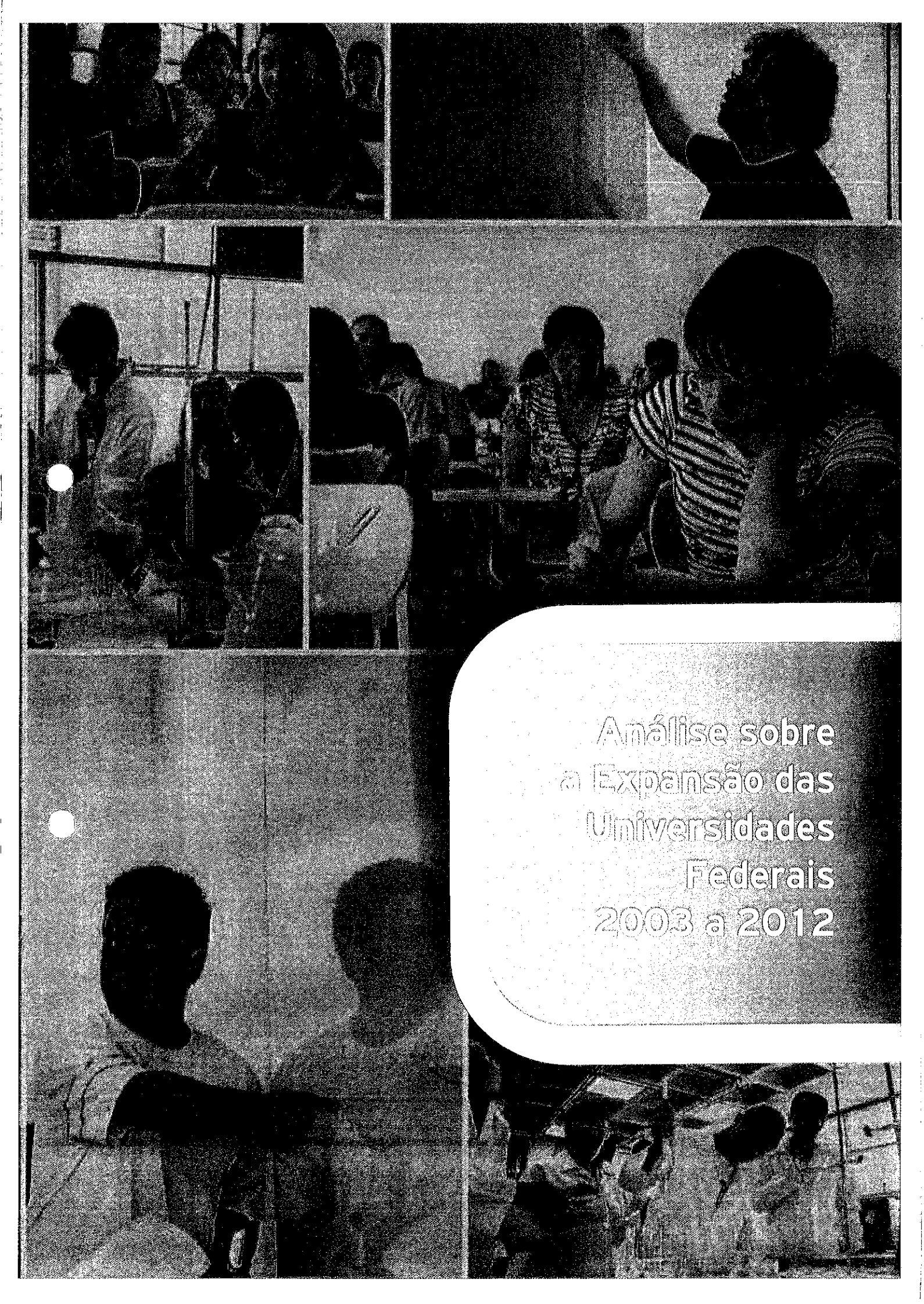

WALDECIR MORELly
Membro da Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXOS



Análise sobre
a Expansão das
Universidades
Federais
2003 a 2012

**Análise sobre a Expansão das
Universidades Federais
2003 a 2012**

Brasília
2012



Introdução	6
1. A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012	9
1.1. O processo de expansão e seu contexto	9
1.1.1. Vagas	12
1.1.2. Matrículas	13
1.1.3. Docentes	16
1.1.4. Titulação de docentes	17
1.1.5. Técnicos Administrativos	19
1.1.6. Número de obras em m ² nas universidades federais	20
1.1.7. Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)	21
1.2. Criação das universidades federais e o reflexo do processo de expansão na rede federal	25
2. Análise e avaliação da expansão	27
2.1. Cumprimento das metas e objetivos	27
3. Proposições	35
Conclusão	38
Referências	40
Anexos	42

Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012

Ficha técnica:

Adriana Rignon Weska - MEC
Antonio Simões Silva - MEC
Daniel Iliescu - UNE
Hercília Melo do Nascimento - ANPG
João Luiz Martins - Andifes
Leandro Cerqueira - MEC
Maria Lúcia Cavalli Neder - Andifes
Tamara Naiz Silva - ANPG
Yuri Pires Rodrigues - UNE

O Ministério da Educação, com o objetivo de dar conhecimento sobre os resultados dos diversos processos de expansão ocorridos nos últimos dez anos, instituiu a comissão incumbida de acompanhar as ações do ministério, com vistas à consolidação dos programas de expansão das universidades federais, e de tratar dos assuntos estudantis correlatos ao tema, mediante a publicação da Portaria nº 126, de 19 de julho de 2012; e nº 148, de 19 de setembro de 2012, composta por dois representantes da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), dois representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e dois representantes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu).

A comissão estabeleceu, além do prazo de seis meses para a conclusão dos trabalhos, um roteiro orientador e uma metodologia que previa, como primeira fase dos trabalhos, a realização de um diagnóstico, tendo como fundamentos as diferentes fases do processo de expansão das Ifes (Pré-Expansão ou Pré-Reuni, Expansão I, Reuni, Pós-Reuni), nos últimos 10 anos, na perspectiva de responder se as metas propostas foram cumpridas e quais os impactos em termos das políticas públicas para a educação superior federal.

Dessa maneira, foi sistematizado um documento de cunho quantitativo, resultante dos dados levantados, dos encontros da comissão e dos debates acumulados pelas entidades para atingir ampla divulgação e a multiplicidade de atores envolvidos na discussão do sistema educacional brasileiro, que buscam processos formativos de qualidade e de redução de desigualdades.

Na primeira fase do trabalho, tendo como elementos referenciais

- 1) vagas ofertadas; 2) número de professores contratados; 3) número de técnicos administrativos contratados; 4) recursos

disponibilizados para custeio; 5) recursos disponibilizados para investimento; 6) recursos disponibilizados para assistência estudantil; a comissão realizou pesquisa documental e levantamento de dados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) e no Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o período de 2003 a 2011.

Na segunda fase, a comissão definiu a necessidade de proceder a uma consulta em relação à implantação do Reuni nas universidades federais, tendo como sujeitos os reitores, representados pela Andifes, e estudantes representados pela UNE e pela ANPG para, a partir da manifestação desses atores, realizar análise crítica, com recorte especial para a assistência estudantil. Para tanto, elaborou questionários e organizou encontros a fim de obter informações qualitativas a respeito do processo de expansão nas Ifes, suas consequências e proposições futuras.

Na terceira fase, a partir dos elementos coletados nas etapas anteriores e das contribuições do Ministério da Educação, das Ifes, da Andifes, da ANPG e da UNE, a comissão discutiu, analisou e sistematizou os dados cujos resultados são apresentados neste relatório, organizados em três partes, a saber:

Parte 1: A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012.

Parte 2: Análise e avaliação da expansão.

Parte 3: Proposições.

A comissão espera que os resultados dos trabalhos expressos neste relatório não só contribuam para uma visão mais ampliada do processo de expansão, no contexto das políticas públicas para o ensino superior no país, como também apontem referências para um novo processo de expansão das universidades federais brasileiras qualitativamente referenciadas.

A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012

1.1. O processo de expansão e seu contexto

A educação superior é compreendida, no cenário internacional, como um bem público (Unesco, 2009). No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Este preceito constitui-se como base de sustentação para definição de políticas públicas da educação do país.

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita.

A elitização do acesso à educação superior passou a ser fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior.

Em 2001, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, foi elaborado o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010), fixando metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos nessa área, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis da educação superior.

Nesse contexto foram estabelecidos, nos últimos 10 anos, os programas de expansão do ensino superior federal, cuja primeira fase, denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 universidades federais e 148 câmpus/unidades.

Ao definir como um dos seus objetivos prover as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, o Reuni congregou esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação

superior pública, em atendimento ao disposto pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabeleceu o provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007, tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Também havia a possibilidade de criação de novos câmpus para o interior do país, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades. É importante ressaltar que o Reuni é resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal. Dentre as entidades destacam-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por meio da Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Anpdes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

O decreto do Reuni tinha como diretrizes:

- I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.
- III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade.
- IV - Diversificação das modalidades de graduação.

preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada.

V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Concomitantemente ao período da interiorização e reestruturação, ocorreu a fase da integração regional e internacional com a criação de quatro universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que é a Universidade da integração amazônica; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), voltada para todos os países da América Latina; e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia.

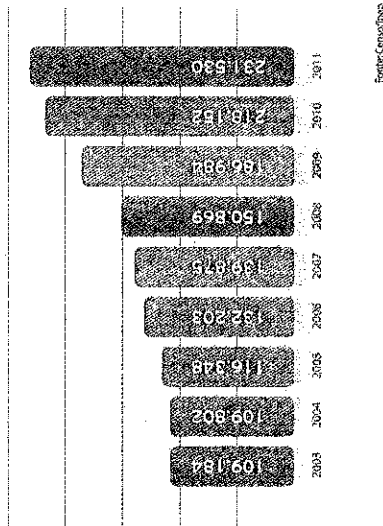
Esta fase, somada ao segundo momento, por meio do Reuni, trouxe um expressivo crescimento não somente das universidades federais, mas também de câmpus no interior do país. De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 câmpus para 274 câmpus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%.

Ainda no âmbito da integração e do desenvolvimento regional, destacam-se a criação de 47 novos câmpus no período entre 2011 e 2014 e os processos em tramitação no Congresso Nacional dos projetos de lei que criam outras quatro universidades: Universidade Federal do Sul da Bahia - Ufesba (PL nº 2.207/2011), Universidade Federal do Oeste da Bahia - Ufoba (PL nº 2.204/2011), Universidade Federal do Cariri - UFCa (PL nº 2.208/2011) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa (PL nº 2.206/2011).

Os resultados desses programas de expansão das universidades federais de 2003 a 2012 são demonstrados nas tabelas e nos gráficos a seguir:

1.1.1. Vagas

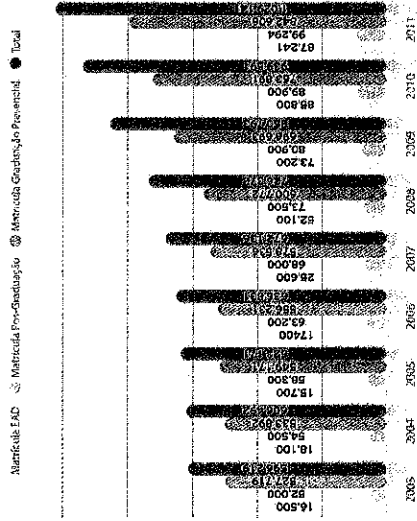
Gráfico I - Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011



O Gráfico I mostra um crescimento de aproximadamente 111% na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial nas ifes no período de 2003-2011. Evidencia-se o crescimento de aproximadamente 30 mil vagas no período compreendido entre 2003 e 2007, porém o crescimento exponencial da expansão das vagas nos cursos de graduação presencial nas ifes aconteceu de 2007 até 2011, período de concepção e implementação do Reuni.

1.1.2. Matrículas

Gráfico II - Matrículas na graduação e pós-graduação nas universidades federais de 2003 a 2011

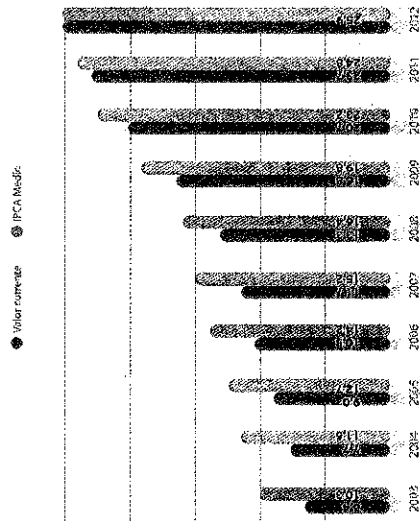


O Gráfico II apresenta os reflexos positivos das políticas de expansão das vagas nas ifes no período de 2003-2011. Ilustra aspectos interessantes sobre a evolução das matrículas nos cursos de graduação presencial, que atingiu um aumento aproximado de 60%; um avanço significativo das matrículas, em torno de 90%, nos programas de pós-graduação stricto sensu; bem como uma ampliação superior a 520% nas matrículas nos cursos de graduação na modalidade à distância - consequência da criação, em 2006, da Universidade Aberta do Brasil (UAB). É importante ressaltar que o número total de matrículas no ensino superior público federal (nas modalidades de graduação presencial e à distância) e nos programas de pós-graduação praticamente dobrou nesse período, resultado das políticas de expansão fomentadas pelo governo federal em articulação com as ifes.

Levando-se em conta as metas do PNE (2001-2010), observa-se claramente um grande esforço do governo federal e das universidades federais no que se refere ao alcance das metas estabelecidas, com a previsão de ampliação da oferta de vagas no ensino superior para alcançar 30% dos jovens de 18 a 24 anos até o final da década.

Orçamento

Gráfico III - Orçamento das universidades federais de 2003 a 2012 (R\$ bilhões)



Fonte: SPO/SEMEX

As despesas do Gráfico III englobam pessoal ativo e encargos, benefícios a servidor, custeio, capital, convênios e repasses e receita própria. Estão incluídos o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e demais hospitais universitários federais. Incluem-se também, até o ano de 2009, os quatro Cefets que integravam a matriz de Outros Custeios e Capital (OCC) das universidades. Considera-se despesa executada para os anos de 2003 a 2011 e para o ano de 2012 dotação autorizada até outubro de 2012. Inclui o total da cota patronal, cuja execução da despesa de 2005 teve tratamento contábil diferenciado referente à contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos. Não estão incluídas despesas com inativos e precatórios. Para o ano de 2012 está consignada a previsão de repasses do Ministério da Educação para execução integral das Ações Orçamentárias nº 4.005 (Apoio à Residência Médica), 8.282 (Reuni) e 8.551 (Apoio às Ifes); e execução de 80% da Ação nº 20RX (Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais).

Quadro I - Recursos orçamentários do programa de expansão 2005-2012

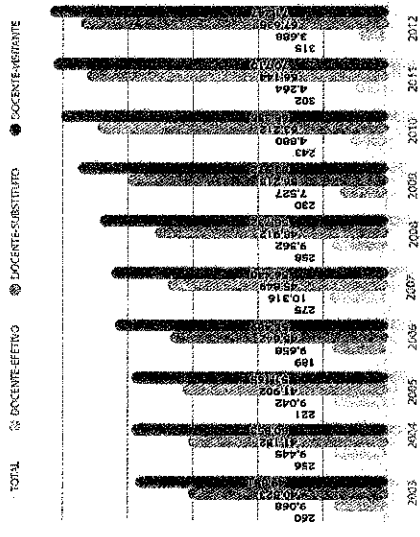
Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640,396	64.840,709	67.481,106
2006	52.279,785	331.778,298	384.058,083
2007	73.154,311	366.877,394	440.031,705
2008	177.551,293	759.881,047	937.432,341
2009	332.843,609	1.283.763,854	1.616.607,463
2010	535.092,380	1.210.613,309	1.745.705,690
2011	890.924,058	1.922.229,625	2.813.153,683
2012	1.041.007,761	950.818,403	1.991.826,164
Total Geral	3.105.493,594	6.899.802,640	9.996.296,234

Fonte: Anua-MEC

O Quadro I apresenta os recursos orçamentários de custeio e investimento destinados aos programas de expansão. Cabe salientar que cada universidade federal teve autonomia na elaboração de seu projeto, adequando o cronograma de execução dos recursos orçamentários às demandas anuais, o que pode justificar as variações entre os anos. A tendência do aumento de disponibilização de recursos de custeio está atrelada diretamente ao crescimento do número de matrículas. Os recursos de investimento tem seu ápice no período de 2009 a 2011, quando houve fortes investimentos em obras e aquisição de equipamentos. Em 2012 verifica-se uma redução nesse montante, que se justifica pelo período de finalização das obras e de aquisição desses equipamentos.

1.1.3. Docentes

Gráfico IV – Número de docentes nas universidades federais de 2003 a 2012



Fonte: SuperMapS

O Gráfico IV ilustra um crescimento global do quantitativo de docentes nas IUSFs de aproximadamente 44% no período de 2003-2012. Evidencia-se que no período de implementação do Reuni, ou seja, entre 2008 e 2012, houve um grande salto no número de docentes efetivos com a autorização de 21.786 novas vagas docentes e a consequente redução de 64% de docentes substitutos. Esse movimento pode ser compreendido como uma estratégia para qualificar o ensino na educação superior, uma vez que a contratação de professores efetivos garante a constituição de um coletivo mais comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão. Houve também uma ampliação aproximada de 22% no quantitativo de professores visitantes.

1.1.4. Titulação de docentes

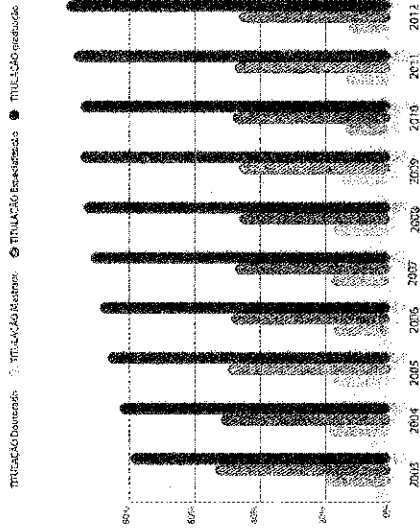
Quadro II – Evolução anual de servidores docentes ativos por titulação - em percentual

Ano	TITULAÇÃO				
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
2003	6,55%	10,03%	32,47%	50,95%	
2004	5,87%	9,08%	30,88%	54,17%	
2005	5,25%	8,36%	29,08%	57,30%	
2006	4,52%	7,47%	28,18%	59,83%	
2007	4,02%	6,93%	26,54%	62,58%	
2008	3,55%	6,23%	25,71%	64,52%	
2009	3,09%	5,33%	26,27%	65,30%	
2010	2,54%	4,60%	27,12%	65,74%	
2011	2,21%	4,07%	26,37%	67,36%	
2012	2,01%	3,75%	25,45%	68,78%	

Fonte: SuperMapS

A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012

Gráfico V – Evolução anual de servidores docentes ativos por titulação - em percentual



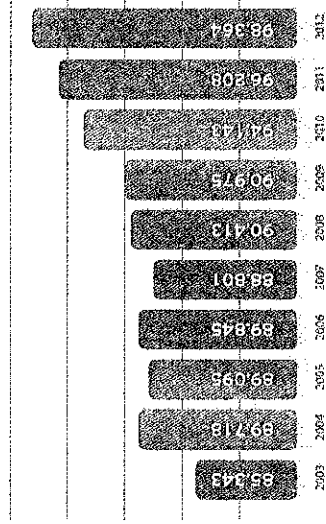
Fonte: Siga/Mec/2012

O Quadro II e o Gráfico V apresentam um panorama muito interessante sobre a titulação docente nas Ifes no período de 2003-2012, fato que, se for analisado em conjunto com o crescimento dos docentes efetivos no Quadro IV, demonstra a articulação entre as políticas públicas em implementação para garantir a qualidade no ensino superior. Observa-se que em 2003, as Ifes contavam com 6,55% de docentes apenas com a graduação, 10,33% eram especialistas, 32,47% eram mestres e 50,95% eram doutores.

Em 2012 esses números passaram por uma grande modificação, com a redução do número de docentes somente graduados para apenas 2,01% e docentes especialistas para 3,75%. Entretanto, a maior diferença aconteceu entre os docentes mestres e doutores, com a redução para 25,45% do quantitativo de mestres e um crescimento relevante no número de doutores, alcançando o percentual de 68,78%. O grande destaque do Quadro II deve ser dado ao aumento de mais de 35% no quantitativo de doutores nas Ifes no período de 2003-2012.

1.1.5. Técnicos administrativos

Gráfico VI – Número de técnicos administrativos nas universidades federais de 2003 a 2012



Fonte: Siga/Mec/2012

O Gráfico VI demonstra uma ampliação de aproximadamente 16% do corpo técnico-administrativo das Ifes no período de 2003-2012. No período de 2003 a 2007, que antecede ao Reuni, há oscilação no número de técnicos administrativos devido ao redimensionamento do quadro, atendendo ao disposto na Lei nº 9.632/1998. A partir de 2008, com a efetivação do Reuni, inicia-se uma curva ascendente na contratação dos técnicos administrativos.

A partir do ano de 2010, pode ser verificado um aumento significativo do ritmo de contratação de servidores técnico-administrativos. Esse crescimento é decorrente da publicação do Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA), o qual permitiu às universidades a reposição automática das vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos, exonerações, dentre outros). Além disso, também foram autorizadas novas vagas para concursos públicos.

1.1.6. Número de obras em m² nas universidades federais

Quadro III - Número de obras concluídas em m² nas universidades federais de 2003 a 2012

TITULAÇÃO	NÚMEROS	M²
TOTAL	1.588	3.065.735,17
Laboratórios	368	321.655,11
Salas de aula	292	550.825,41
Bibliotecas	43	58.414,97
Restaurantes	61	67.871,35
Moradias	33	38.174,12
Espaços administrativos	182	181.552,70
Áreas multifuncionais	260	770.724,22
Apoio à comunidade	67	47.231,43
Áreas esportivas	43	107.850,97
Auditórios	27	44.169,92
Infraestrutura	212	879.664,97

Fonte: Sines/MEC

O Quadro III demonstra o número físico e em metros quadrados dos novos espaços acadêmicos e administrativos (salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, áreas multifuncionais, espaços administrativos, auditórios e infraestrutura). Além desses, há de se destacar a construção de novas áreas destinadas a moradias estudantis, restaurantes universitários, áreas esportivas e de apoio à comunidade.

Todas as informações existentes no Quadro III referem-se a 1.588 obras concluídas, perfazendo 3.065.735,17 m². Vale ressaltar que, em decorrência de o Reuni ainda estar vigente, existe um conjunto de obras em etapa de construção que não foi contabilizado neste quadro.

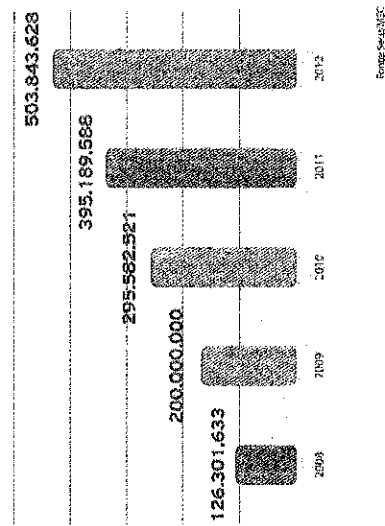
¹ Referem-se a edificações que agrupam: salas de aula, salas de professores, administração, laboratórios e bibliotecas.

² Refere-se a áreas de convivência, lanchonetes, praças de serviços, dentre outras.

1.1.7. Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)

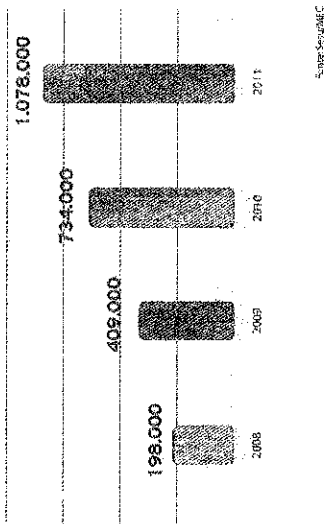
O Decreto nº 7.234, de 2007, criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que tem como objetivo promover a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social nas universidades federais e viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.

Gráfico VII - Recursos orçamentários do Pnaes para as universidades federais de 2008 a 2012



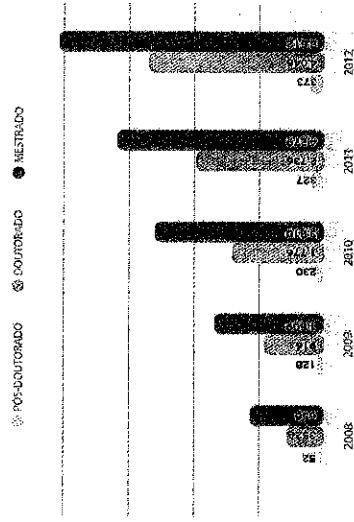
O Gráfico VII apresenta um panorama sobre os recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) a partir da implementação em 2008. Observa-se um aumento aproximado de 300% dos recursos destinados ao Pnaes no período de 2008-2012. Os reflexos do forte investimento evidenciado colaboram para dar sustentação à dimensão pedagógica, uma vez que o programa contribui para minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes, garantindo condições de permanência e sucesso acadêmico.

Gráfico VIII – Benefícios atendidos pelo Pnaes de 2008 a 2011



No Gráfico VIII verifica-se o volume de benefícios concedidos por meio do programa para as ações que contemplam a moradia estudantil, a alimentação, o transporte, a assistência à saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche e o apoio pedagógico, ampliando a abrangência das políticas de assistência estudantil, para além das ações específicas voltadas para a permanência dos estudantes de baixa renda. Merece destaque também o crescimento exponencial no quantitativo de benefícios concedidos da ordem de aproximadamente 544%. Deve-se ressaltar que um mesmo estudante pode ser beneficiado com mais de um tipo de auxílio.

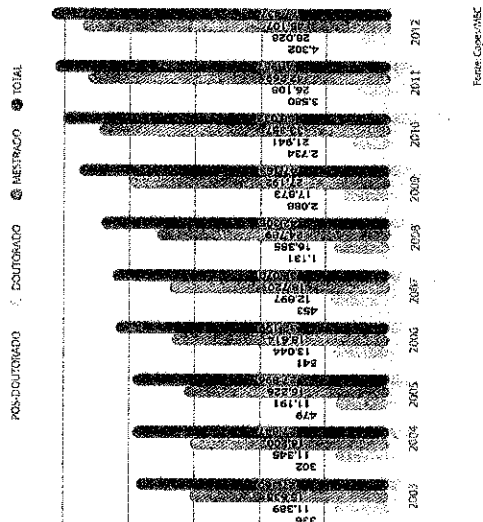
Gráfico IX – Bolsas Reuni de assistência ao ensino de 2008 a 2012



O Gráfico IX ilustra o crescimento das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no período de 2008 a 2012, criadas no âmbito do Reuni com o propósito de fomentar a integração entre a graduação e a pós-graduação. O objetivo principal dessa ação é proporcionar a assistência ao ensino de graduação por meio de programas de tutoria. Destaque para o crescimento superior a 870% no conjunto de bolsas de mestrado e quase 1.200% no conjunto de bolsas de doutorado.

A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012

Gráfico X - Evolução do número de bolsas Capes de 2003 a 2012



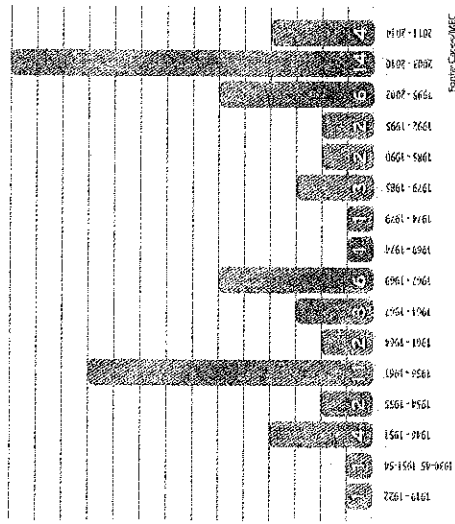
Fonte: Capes/MEC

O Gráfico X demonstra que no período de expansão, para além das vagas públicas no ensino de graduação, houve um aumento significativo no número de bolsas de pós-graduação - demanda social - concedidas pela Capes.

No total, o aumento foi de 183% no período de 2003-2012 e 141% no período do Reuni (2008-2012). Para o nível de pós-doutorado, nos mesmos períodos, os incrementos foram de 1180% e 850%; para o nível de doutorado, esse aumento representou 146% e 117%; e, no nível de mestrado, 189% e 141%.

1.2. Criação das universidades federais e o reflexo do processo de expansão na rede federal.

Gráfico XI - Linha do tempo da criação das universidades federais



Fonte: Capes/MEC

O Gráfico X retrata o histórico da criação das universidades federais em diferentes períodos de governos (1919-2014). Observa-se que, de 1919 até 2002, foram criadas 45 universidades. Destaque-se que, para o período de 2003 a 2010, em 8 anos, foram criadas 14 universidades. A criação dessas 14 universidades foi parte do esforço empreendido pelo governo federal para a interiorização do ensino superior público, a integração com os países da América do Sul e do Caribe e países lusófonos, em especial os africanos.

Análise e avaliação da expansão

2.1. Cumprimento das metas e objetivos

Os dados apresentados na parte 1 deste relatório demonstram o êxito dos programas de expansão do conjunto das universidades federais brasileiras, no período de 2003 a 2012; e em especial o crescimento propiciado pela implantação do Reuni.

Além dos dados que demonstram a importância do processo de expansão, também foram colhidos depoimentos de reitores das Ifes, representados pela Andifes; e de estudantes, representados pela UNE e pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Os depoimentos obtidos ratificam o sucesso da expansão das universidades federais.

É possível destacar, no âmbito dos depoimentos colhidos, três importantes dimensões da expansão, em especial do Reuni, que serão objeto de análise neste relatório, a saber: política, pedagógica e de infraestrutura.

Na dimensão política, é possível aferir o cumprimento do objetivo do programa de possibilitar uma maior democratização do acesso, com o aumento de mais de 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais e a criação de novas universidades e novos câmpus universitários.

A importância desse processo de democratização do acesso ganha destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas universidades e os novos câmpus trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as Ifes.

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni constituiu-se em um programa que possibilita às Ifes cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país.

Para as Ifes apresentarem as suas propostas em atendimento à

chamada pública do Reuni, segundo os depoimentos dos dirigentes das universidades federais, foi possível observar que houve discussão com a comunidade interna, com 100% das instituições, indicando que houve a aprovação da proposta no âmbito dos conselhos superiores. Em termos do envolvimento da comunidade externa, só 50% das ifes afirmaram o envolvimento da discussão da proposta com a sociedade civil organizada.



Tendo em vista o longo período em que as universidades viveram sem perspectivas de expansão, poucas tiveram os seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) como referencial para elaboração das suas propostas de expansão, no âmbito do Reuni, embora o conjunto das ifes tenha tentado considerar as metas no Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) como diretrizes.

Apesar de ressaltar em relação à necessidade de haver um processo de recuperação e melhoria da infraestrutura das universidades, a maioria dos dirigentes das instituições federais afirma que o Reuni atendeu às expectativas de sua comunidade. Afirma ainda que, com a criação de novas universidades e câmpus e o aumento do número de cursos e vagas, os reflexos na dimensão pedagógica também puderam ser sentidos.

Mesmo os dirigentes tendo afirmado que os projetos de expansão do Reuni foram aprovados em seus conselhos superiores, percebe-se que uma das principais observações feitas a sua adoção, em relação à dimensão política, diz respeito à necessidade de se considerar um tempo maior para a etapa de planejamento institucional, de modo a garantir o envolvimento em discussões das unidades acadêmicas, centros, faculdades e câmpus. Torna-se necessário ampliar também as discussões junto à comunidade externa, seja para definição de seus cursos, seja para a discussão da localização de seus câmpus de modo

a implantar cursos relacionados com a vocação dos municípios onde serão implantados.

O Reuni poderia ter sido compreendido numa dimensão de atuação política do governo federal mais incisiva, em termos de servir de sustentação para uma redefinição de seu sistema público de ensino e como meio para se alcançar as metas do PNE.

É importante ressaltar que o Reuni foi um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado de incluir na expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter a atual característica de predominância de matrículas no setor privado.

Na dimensão pedagógica, um dos objetivos do programa era contribuir também para a reestruturação das ifes, seja no aspecto didático pedagógico, seja no aspecto da gestão. Pode-se afirmar que o Reuni estimulou a mudança de paradigmas, na medida em que possibilitou a organização de novos arranjos curriculares, com destaque para os bacharelados interdisciplinares, implantados em 15 universidades. Mais de 80% dos reitores afirmam que houve revisão da estrutura acadêmica com a implantação do Reuni e também a preocupação de todos em criar novos programas voltados para o sucesso dos estudantes.

Embora de forma mais limitada, há reflexos de mudanças na gestão das ifes, proporcionados pelo aumento de servidores técnicos e pela melhoria da ambiência física para o trabalho. Não foram observadas fortes mudanças de conceito ou paradigma no processo da gestão administrativa efetivada pelas instituições.

Também é possível aferir os reflexos positivos na pós-graduação stricto sensu e na ampliação do número de projetos de pesquisa, resultado da contratação de quase 22 mil docentes com doutorado ou mestrado. Mesmo a pós-graduação não tendo sido prevista como uma das metas do Reuni, percebeu-se um avanço considerável entre os anos de 2008 e 2011, fruto de um conjunto de ações específicas do governo federal, que envolveram desde o aumento do orçamento da agência até o fomento de novos programas. O atual momento da pós-graduação requer a exploração das suas singularidades, limites e potencialidades em cada uma das macrorregiões brasileiras.

A ampliação do número de professores e técnicos trouxe resultados qualitativos, sobretudo para a graduação, seja pela melhoria da qualificação dos professores para o ensino, seja pela possibilidade de ampliação da participação de estudantes em projetos de pesquisa e extensão.

Outro aspecto importante detectado diz respeito à ampliação da oferta de cursos de línguas estrangeiras, contribuindo para a qualificação da formação acadêmica. O Reuni despertou também para a necessidade de ampliação dos programas de mobilidade estudantil, tanto nacional quanto internacional. O programa Ciência sem Fronteiras abre uma nova perspectiva para a internacionalização e para um maior desenvolvimento da ciência brasileira.

Em termos pedagógicos, faz-se necessário mencionar a importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que teve uma evolução em volume de recursos, no período do Reuni, da ordem de 300%, ou seja, passando de 126 milhões para aproximadamente 500 milhões.

Os reflexos do Pnaes têm uma relação direta com a dimensão pedagógica, na medida em que seus recursos dão sustentação aos programas de apoio aos estudantes, em termos de permanência e sucesso acadêmico. São os recursos do Pnaes que possibilitam às ifes manter os principais programas de apoio aos estudantes, dentre eles: moradia, restaurantes universitários, bolsa permanência, bolsa moradia e bolsa alimentação, fundamentais ao êxito escolar, principalmente para os estudantes de baixa renda.

Com a adoção do Enem/Sisu pela maioria das universidades, o Pnaes constituiu-se apoio fundamental aos estudantes que se deslocam de outras regiões e cidades e que não possuem condições financeiras para permanecer nas ifes. É importante se ter presente que, com a implantação das cotas, a demanda de estudantes que necessitam de apoio tenderá a crescer, exigindo políticas mais consistentes em termos da assistência estudantil.

Se considerarmos o passivo histórico de nossas universidades federais e as demandas que surgem com a expansão da rede e a criação de novas instituições, fica clara a importância de mais recursos para o Pnaes, na medida em que também contribuem para a redução de índices de evasão. Sem dúvida, esse programa, aliado a programas de apoio didático e pedagógico aos estudantes com problemas de aprendizagem, deve ser assumido pelo governo como um programa fundamental para a garantia da permanência e do êxito dos estudantes nas ifes.

Entre os apontamentos levantados nos questionários, destacam-se principalmente as condições de infraestrutura física e de pessoal, no período pré-Reuni, em que se encontravam as universidades federais, oriundas de um longo processo de falta de investimento do governo federal, agravado no final dos anos 1980 e toda a década de 1990.

O êxito do Reuni evidenciou, dentro das universidades federais, a situação precária de infraestrutura física e de pessoal das áreas e cursos que não foram contemplados pelo Reuni, ressaltando a universidade que recebeu recursos orçamentários e humanos do programa e a universidade antiga. Essas condições podem implicar fortes reflexos na dimensão pedagógica.

Para que se tenha clareza em termos dessas informações, elas serão agrupadas em quatro subtemas: Planejamento e Natureza da Expansão, Assistência Estudantil, Recursos Humanos e Recursos de Investimento na Infraestrutura de Apoio Pedagógico.

No quesito Planejamento e Natureza da Expansão, houve manifestações sobre a necessidade de um planejamento criterioso e qualitativo em termos de elaboração das propostas das ifes. Esses reflexos são sentidos na definição dos locais dos câmpus, dos cursos, da infraestrutura de apoio, nas melhores condições para disponibilização de serviços necessários (rede de internet, transporte e infraestrutura para apoio aos estudantes, professores e técnicos administrativos).

É importante observar, na escolha dos municípios, a localização geográfica e sua importância no contexto das micro e mesorregiões, de forma a atender a um número maior de estudantes que concorrerem às vagas ofertadas. A escolha apropriada dos municípios garante boa infraestrutura e boa rede de empresas que se habilitam aos editais de licitação, de forma a se evitar atrasos ou dificuldades nas obras.

Outra contribuição apontada diz respeito à necessidade de apresentação de projetos de câmpus por áreas de conhecimento prioritárias ou consolidação das áreas já existentes, de modo a otimizar a infraestrutura, o corpo docente e técnico-administrativo com vistas à formação de grupos de pesquisa dentro da perspectiva da criação de cursos de pós-graduação.

O aumento dos cursos de pós-graduação stricto sensu, motivado sobretudo pela larga contratação de docentes com títulos de doutores e mestres, deve ser acompanhado de infraestrutura física e de pessoal técnico-administrativo adequado. É importante ressaltar que um próximo programa de expansão da graduação seja acompanhado de um programa para a pós-graduação com a mesma envergadura. Além disso, deve haver maior sintonia entre contratação de pessoal, infraestrutura adequada e oferta de vagas.

No processo de coleta dos dados verificou-se que as questões relacionadas à assistência estudantil tiveram ênfase, o que vem a

corroborar a luta estudantil ao longo dos anos. A ampliação em mais de 100% do número de vagas nas fies, aliada à adoção do sistema Enem/Sisu e mais recentemente às cotas, evidenciou a necessidade de se ampliarem as políticas de assistência estudantil na educação superior.

A criação do Pnaes foi uma das políticas mais acertadas no contexto da expansão, segundo a avaliação da maioria dos entrevistados; e, embora os recursos aplicados tenham sido quintuplicados para essa área, foi apontada a necessidade de mais investimentos, tendo em vista a forte demanda existente nas universidades, especialmente nos itens abaixo relacionados:

- Ampliação dos restaurantes universitários, com subsídios para a alimentação oferecida aos estudantes.
- Ampliação do número de moradias, sobretudo nos câmpus do interior.
- Ampliação do número de bolsas, principalmente as voltadas para o apoio à alimentação e moradia.
- Criação de serviços de apoio aos estudantes nas áreas de serviço social, psicologia, saúde, lazer e esporte.
- Ampliação dos parques esportivos, sobretudo nos câmpus do interior.
- Criação de espaços de convivência universitária e de cultura.
- Implementação de programas de apoio acadêmico aos estudantes como forma de dar-lhes suporte às fragilidades no processo de aprendizagem.

A necessidade de uma forte ampliação nos recursos do Pnaes deve ser levada em consideração para um possível novo programa de expansão. Há a compreensão de que uma política forte de bolsas refletirá nas possibilidades de permanência e êxito dos estudantes, principalmente nos cursos de período integral. É importante se ter presente que, com a implantação das cotas, a demanda tenderá a crescer, exigindo políticas mais consistentes em termos de assistência estudantil. No que diz respeito aos recursos humanos, na perspectiva dos reitores das universidades federais, para um novo programa de expansão deverão ser considerados mecanismos efetivos de fixação de professores, sobretudo nos câmpus do interior.

Outro aspecto nessa dimensão refere-se à garantia de maior celeridade nas liberações dos códigos de vagas pelo Ministério da Educação e mais agilidade nas contratações docentes pelas

universidades federais.

No ano de 2010, foi publicado, por meio do Decreto nº 7.232/2010, o Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA) que constitui instrumento de gestão de pessoal e permite às universidades a reposição automática de seus quadros de servidores para as vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos, exonerações, dentre outros). Porém, cabe registrar que o decreto não teve como parâmetro de referência o ano de 2007, como aconteceu com o Banco de Professor Equivalente. Dessa forma, as vacâncias ocorridas de 2007 até a publicação do QRSTA em 2010 não tiveram reposição. Em vista disso, é imperiosa a iniciativa de se ajustar a relação aluno/técnico administrativo de 15 para 1, conforme já acordado com a Andifes, a fim de atender às demandas acadêmicas e administrativas, demandas essas que se potencializam em decorrência do elevado aumento dos cursos de pós-graduação e do incentivo da abertura de cursos no período noturno.

Sobre os recursos de investimento na infraestrutura de apoio pedagógico, há uma compreensão de que houve uma melhoria significativa nas condições estruturais às ações de ensino, pesquisa e extensão das fies. Entretanto, em razão do processo histórico de falta de investimento nas instituições, o Reuni foi visto equivocadamente como possibilidade de recuperação de um passivo existente nas universidades. Assim, há um sentimento de que é preciso um maior investimento nas fies, seja em termos de custeio ou de capital. Na dimensão da infraestrutura, a fase de planejamento e execução das obras foi apontada pelos dirigentes das fies como um dos motivos que causaram transtornos administrativos e pedagógicos. Isso se deve ao fato de as edificações não terem ficado prontas a tempo de acolher os estudantes dos novos cursos criados, seja pelos motivos de entraves licitatórios, contratos cancelados, atraso nas emissões de licenças ambientais, ou pelo aquecimento do mercado da construção civil. Logo, é importante que ocorra a liberação dos recursos orçamentários com tempo hábil para a edificação, assim como também é importante que as universidades tenham uma carteira de projetos executivos que permita a celeridade do processo de expansão contido em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao número reduzido de pessoal técnico especializado para dar conta da demanda imposta pelo Reuni, em termos de concepção, desenvolvimento e execução de projetos arquitetônicos e executivos, bem como para o acompanhamento e finalização de obras.

Proposições

A universidade é por excelência espaço de produção do conhecimento, de vanguarda, instituição construída a partir do compromisso de promover o desenvolvimento humano e alavancar o desenvolvimento social pela formação de pessoas, do caráter científico e da promoção de ações para além de seus muros, que cotidianamente buscam expressar seu compromisso social, conectando-a com a vida das cidades e pessoas.

Perseguir essa vocação é uma importante tarefa do governo e dos dirigentes dessas instituições. Nesse sentido, esta comissão compreende o processo de expansão ora analisado como um importante passo no caminho do fortalecimento dessa vocação. É importante ressaltar ainda que a expansão nas universidades federais seja concebida como processo contínuo e cumulativo, até que sejam atingidas as principais metas previstas para o ensino superior pelo Projeto de Lei nº 8.035/2010 - Plano Nacional de Educação (PNE), a saber:

- **Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade de oferta.
- **Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação de atuação de mestres e doutores nas instituições da educação superior para no mínimo 75% do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% de doutores.
- **Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Também é importante lembrar que a Meta 15 prevê que todos os professores de educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, o que exige o forte empenho das áreas relacionadas à educação, em todas as esferas de poder. Assim, faz-se necessário que seja elaborado um novo programa de consolidação e expansão das universidades federais, possibilitando que as universidades, dentro do seu tempo e com o envolvimento



da comunidade interna e externa, planejem e elaborem de forma adequada seus projetos.

Como contribuição, tratem-se, como princípios norteadores para um próximo plano de expansão, a democratização do acesso; a inclusão social; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a qualidade dos processos formadores; o compromisso social; e a autonomia universitária.

Dentre as diretrizes, deve-se considerar:

- As propostas de instalação de cursos, câmpus e universidades devem implicar estudos preliminares das condições socioeconômicas das regiões para se assegurar a importância da escolha dessas unidades para o desenvolvimento do país e para a correção das assimetrias regionais.
- A formação acadêmica desenvolvida na perspectiva de uma formação técnico-científica competente para o mundo do trabalho contemporâneo e uma formação política que oportunize uma inserção crítica e criativa na sociedade.
- As políticas de expansão devem prever a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, além do desenvolvimento da pesquisa e da extensão.
- A criação das novas unidades acadêmicas devem colaborar para o processo de desenvolvimento regional.
- As universidades a serem criadas deverão atender preferencialmente aos municípios que sejam polos de mesorregiões.
- Os câmpus serão preferencialmente implantados, em municípios, respeitando a vocação regional e atendendo ao plano estratégico para o desenvolvimento do país.
- Os polos da UAB em cidades com possibilidade de oferta de cursos em diferentes áreas de conhecimento.
- Os cursos em universidades e câmpus que agreguem força acadêmica em determinada área de conhecimento.
- A participação da sociedade civil organizada, estimulada nas discussões das diretrizes dos projetos de expansão.
- Articulação entre as diversas instâncias do Ministério da Educação, gerando maior sinergia no planejamento e implementação das ações.

- A estimulação de novos arranjos curriculares, observando o princípio da interdisciplinaridade e possibilidades de nova organização administrativa.
- O início da oferta de cursos e vagas deve estar relacionado às condições estruturais finalizadas e a contratações prévias de docentes e técnicos.
- O processo de expansão deve ser acompanhado do reforço das políticas de assistência estudantil.
- Os programas de apoio à mobilidade e internacionalização das Iles devem integrar o processo de expansão.
- A articulação e a política de expansão com outros programas desenvolvidos por órgãos do governo federal.
- O PDI como documento norteador do projeto a ser apresentado.
- A articulação da educação superior com educação básica.
- O permanente reajuste do valor das bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado que leve em conta no mínimo a inflação do período.
- A ampliação dos recursos para assistência estudantil, respondendo às assimetrias regionais.

protagonistas do desenvolvimento do país.
É importante considerar também a necessidade de ampliação de recursos para garantir a assistência estudantil não só para os estudantes que se encontram no sistema, como também para os que poderão ingressar a partir de novos programas de expansão. A comissão aponta para a necessidade de um novo ciclo de expansão, consubstanciado em dois processos:

- Consolidação do Reuni, oportunizando a recuperação do passivo histórico das Ifes.
- Nova expansão, alicerçada em princípios e diretrizes que contribuam fortemente para a qualidade das ações das Ifes e para o processo de desenvolvimento do país.
- Nesse novo processo de expansão, três dimensões devem ser consideradas:
 - Política – em que o desenvolvimento nacional e regional, o compromisso social, a democratização do acesso e a permanência sejam princípios norteadores. Ainda, a garantia da autonomia universitária e a valorização do patrimônio humano.
 - Pedagógica – em que a inovação acadêmica, a articulação entre graduação e pós-graduação, a relação entre teoria e prática e a investigação sejam princípios fundamentais e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão uma garantia no processo.
 - Estrutural – em que haja um comprometimento com um planejamento, que busque não só a garantia de condições adequadas para as novas propostas, mas também uma preocupação com a recuperação do passivo e garantia de condições de funcionamento pleno com contratação de pessoal docente e técnico-administrativo e infraestrutura (equipamentos, tecnologias de informação, laboratórios, segurança).

Enfim, a universidade deve ser capaz de responder aos anseios da sociedade, a fim de contribuir não só para uma formação técnico-científica de qualidade, condizente com o mundo de trabalho contemporâneo, mas também para uma formação que contribua na construção de uma sociedade mais democrática, mais equânime, mais inclusiva e solidária.

Entendida a educação superior como patrimônio público, com o dever de responder às necessidades sociais por meio da pesquisa comprometida e do ensino de qualidade, é indissociável a participação de estudantes, professores e pesquisadores na definição das prioridades sociais no campo da educação, da ciência e da tecnologia. Dessa forma, o presente relatório constitui-se um importante instrumento de reflexão acerca das políticas públicas do último período e um importante orientador na formulação de próximas políticas e ações.

A comissão, após o diagnóstico realizado sobre a expansão das universidades federais (em especial a implantação do Reuni) e considerando, sobretudo, a opinião de reitores e de estudantes, expressa neste relatório, conclui que a expansão das universidades federais, ocorrida nos últimos 10 anos, foi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país.

Alicerçado em princípios como a democratização e a inclusão, o programa de expansão, notadamente o Reuni, contribuiu para a configuração de uma nova realidade da educação superior no país, principalmente pela implantação de novas universidades, novos câmpus universitários e aumento no número de matrículas. Também cabe destaque para a forte interiorização das Ifes, com significativa contribuição para o desenvolvimento das regiões, iniciando um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes no país.

As metas e compromissos assumidos pelo Ministério da Educação e pelas Ifes foram cumpridos, inaugurando-se uma nova realidade para o ensino superior federal, fruto de investimento forte e dedicado à expansão das Ifes.

É um marco importante na política educacional brasileira, que precisa ser compreendido como etapa de um processo que deve ser contínuo até que o Brasil atinja a meta de atendimento de matrículas para 33% de seus jovens de 18 a 24 anos na educação superior, de acordo com o Projeto de Lei do PNE.

Todavia, a continuidade do processo de expansão deve estar fortemente alicerçada em referenciais que garantam a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão das universidades federais brasileiras para que todas se constituam em instituições

Acesso em: 4 dez. 2012.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 4 dez. 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Gerais do Decreto nº 6.096 - Reuni - Reestruturação e expansão das universidades federais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 582, de 14 de maio de 2008. Disciplina a concessão de bolsas de pós-graduação do Reuni. Disponível em: <www.ufjf.br/propq/files/2009/12/Portaria_582_Mec.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

ANDIFES. Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior, 2003. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. nº 6.096, 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 21 ago. 2012.

_____. Decreto nº 7.234, 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-10/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 1º set. 2012.

_____. Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, que institui o banco de professor equivalente nas universidades federais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2011/Decreto/D7485.htm>. Acesso em: 2 out. 2012.

_____. Decreto nº 7.082, de 10 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7082.htm>. Acesso em: 1º dez 2012.

_____. Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação C, D e E integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao

Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7232.htm>. Acesso em: 4 dez. 2012.

_____. Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9632.htm>.

Região Norte

Nº	UF	Renomeação do Câmpus/Entidade	Região	UF	Município	Nº	UF	UF	Região	UF	Município	Nº	UF	UF	Região	UF	Município	Renomeação do Câmpus/Entidade
1	UFAC	Renomeação do Câmpus/Entidade	N	AC	Rio Branco	42	AP	AP	N	AM	Unifap	43	AP	AP	N	AM	Rio Branco	Câmpus de Santana
2	UFAC	Câmpus Aulio Celso Alves de Souza	N	AC	Coruripe do Sul	43	AP	AP	N	AM	Unifap	44	AP	AP	N	AM	Macapá	Câmpus Marçez Zero do Equador
3	UFAM	Câmpus de Floresta	N	AM	Benjamin Constant	44	AP	AP	N	AM	Unifap	45	AP	AP	N	AM	Laranjal do Jari	Câmpus Sul
4	UFAM	Câmpus do Alto Solimões	N	AM	Coari	45	AP	AP	N	AM	Unifap	46	AP	AP	N	AM	Olapoque	Unidade Centro Binacional de Olapoque?
5	UFAM	Câmpus do Médio Solimões	N	AM	Humaitá	46	AP	AP	N	AM	Unifap	47	AP	AP	N	AM	Rondon do Pará	Câmpus Rondon de Pará?
6	UFAM	Câmpus do Vale do Rio Medeira	N	AM	Itacaramara	47	AP	AP	N	AM	Unifap	48	AP	AP	N	AM	Santana do Araguaia	Câmpus Santana do Araguaia?
7	UFAM	Câmpus Universitário Moisés Benedito Kraai	N	AM	Parintins	48	AP	AP	N	AM	Unifap	49	AP	AP	N	AM	São Félix do Xingu	Câmpus São Félix do Xingu?
8	UFAM	Câmpus Universtário Prof. Dornel Viana Moura	N	AM	Maués	49	AP	AP	N	AM	Unifap	50	AP	AP	N	AM	Xingó	Câmpus Xingó?
9	UFPA	Câmpus Universtário Senador Arthur Virgílio Filho	N	PA	Alenquer	50	AP	AP	N	AM	Unifap	51	AP	AP	N	AM	Araruama	Câmpus de Araruama
10	UFPA	Câmpus de Alenquer?	N	PA	Itaituba	51	AP	AP	N	AM	Unifap	52	AP	AP	N	AM	Casa	Câmpus de Casa
11	UFPA	Câmpus de Itaituba?	N	PA	Juruti	52	AP	AP	N	AM	Unifap	53	AP	AP	N	AM	Guajará-Mirim	Câmpus de Guajará-Mirim
12	UFPA	Câmpus de Juruti?	N	PA	Monte Alegre	53	AP	AP	N	AM	Unifap	54	AP	AP	N	AM	J-Paraná	Câmpus de J-Paraná
13	UFPA	Câmpus de Monte Alegre?	N	PA	Óbidos	54	AP	AP	N	AM	Unifap	55	AP	AP	N	AM	Rolim de Moura	Câmpus de Rolim de Moura
14	UFPA	Câmpus de Óbidos?	N	PA	Ortombá	55	AP	AP	N	AM	Unifap	56	AP	AP	N	AM	Willena	Câmpus de Willena
15	UFPA	Câmpus de Ortombá?	N	PA	Santarém	56	AP	AP	N	AM	Unifap		AP	AP	N	AM	Porto Real	Câmpus José Ribeiro Filho
16	UFPA	Câmpus de Santarém?	N	PA	Ataíde				N	PA								
17	UFPA	Câmpus de Ataíde?	N	PA	Abacaxetuba				N	PA								
18	UFPA	Câmpus de Abacaxetuba?	N	PA	Altamira				N	PA								
19	UFPA	Câmpus de Altamira?	N	PA	Belém				N	PA								
20	UFPA	Câmpus de Belém?	N	PA	Bragança				N	PA								
21	UFPA	Câmpus de Bragança?	N	PA	Breves				N	PA								
22	UFPA	Câmpus de Breves?	N	PA	Cametá				N	PA								
23	UFPA	Câmpus de Cametá?	N	PA	Castanhal				N	PA								
24	UFPA	Câmpus de Castanhal?	N	PA	Castanhal				N	PA								
25	UFPA	Câmpus de Castanhal?	N	PA	Marabá				N	PA								
26	UFPA	Câmpus de Marabá?	N	PA	Marabá				N	PA								
27	UFPA	Câmpus de Soure?	N	PA	Soure				N	PA								
28	UFPA	Câmpus de Soure?	N	PA	Ananindeua				N	PA								
29	UFPA	Câmpus de Ananindeua?	N	PA	Tucuruí				N	PA								
30	UFPA	Câmpus de Tucuruí?	N	PA	Belém				N	PA								
31	UFPA	Câmpus de Belém?	N	PA	Capitania				N	PA								
32	UFPA	Câmpus de Capitania?	N	PA	Capitão Poço				N	PA								
33	UFPA	Câmpus de Capitão Poço?	N	PA	Paragominas				N	PA								
34	UFPA	Câmpus de Paragominas?	N	PA	Itomê-Açu				N	PA								
35	UFPA	Câmpus de Itomê-Açu?	N	PA	Paragominas				N	PA								
36	UFPA	Câmpus de Paragominas?	N	PA	Paragominas				N	PA								
37	UFPA	Câmpus de Paragominas?	N	PA	Paragominas				N	PA								
38	UFPA	Câmpus de Paragominas?	N	PA	Boa Vista				N	PA								
39	UFPA	Câmpus de Boa Vista?	N	PA	Boa Vista				N	PA								
40	UFPA	Câmpus de Boa Vista?	N	PA	Araguaína				N	PA								
41	UFPA	Câmpus de Araguaína?	N	PA	Araguaína				N	PA								
42	UFPA	Câmpus de Araguaína?	N	PA	Araras				N	PA								
43	UFPA	Câmpus de Araras?	N	PA	Araras				N	PA								
44	UFPA	Câmpus de Araras?	N	PA	Guajará				N	PA								
45	UFPA	Câmpus de Guajará?	N	PA	Miracema do Tocantins				N	PA								
46	UFPA	Câmpus de Miracema?	N	PA	Palmas				N	PA								
47	UFPA	Câmpus de Palmas?	N	PA	Palmas				N	PA								
48	UFPA	Câmpus de Palmas?	N	PA	Porto Nacional				N	PA								
49	UFPA	Câmpus de Porto Nacional?	N	PA	Porto Nacional				N	PA								
50	UFPA	Câmpus de Porto Nacional?	N	PA	Itacimópolis				N	PA								
51	UFPA	Câmpus de Itacimópolis?	N	PA	Itacimópolis				N	PA								

Anexo III - Questionário

1. Do processo de adesão ao Reuni?
 - 1.1 Como se deu na universidade o processo de adesão ao Reuni? Houve discussão e participação de todas as unidades (centros, departamentos, faculdades, cursos)?
 - 1.2 A decisão de adesão ao programa foi aprovada nos conselhos superiores?
 - 1.3 A proposta apresentada ao Ministério da Educação foi apresentada com base no PDI da universidade?
 - 1.4 Houve discussão com a sociedade civil organizada?
 - 1.5 Houve preocupação em contribuir para o atendimento às metas do PNE?
 - 1.6 A proposta apresentada atendeu às expectativas da comunidade universitária?
2. Da implementação do Reuni?
 - 2.1 É possível vislumbrar os efeitos do Reuni na instituição?
 - 2.2 Quais os principais impactos do Reuni na universidade?
 - 2.3 As metas estabelecidas pela instituição em seu plano de expansão foram todas cumpridas?
 - 2.4 Em termos dos acordos estabelecidos pelo Ministério da Educação, houve cumprimento integral?
 - 2.5 Qual foi o número de vezes na graduação pactuado com o Ministério da Educação? Qual é o percentual em termos de totalidade das vezes?
 - 2.6 Houve influência do Reuni no aumento das vezes na pós-graduação stricto sensu?
 - 2.7 Houve na instituição revisão de sua estrutura acadêmica e atualização das metodologias de ensino?
 - 2.8 Há na universidade processo de avaliação do Reuni?
 - 2.9 A contratação de docentes está adequada às necessidades apresentadas?
 - 2.10 Em termos da contratação de técnicos, houve atendimento às necessidades?
 - 2.11 Os recursos destinados ao custeio e investimentos foram adequados à proposta da universidade?
 - 2.12 Houve melhorias em termos de investimento na infraestrutura didática?
 - 2.13 Em termos da assistência estudantil, o programa acompanhou as necessidades do processo de expansão?
 - 2.14 O que a instituição destacaria em termos da assistência estudantil no contexto do Reuni?
 - 2.15 Há na instituição programas voltados para a permanência e êxito dos alunos?
 - 2.16 Há no contexto do Reuni estímulo ao estudo de língua estrangeira?
 - 2.17 O Reuni contribuiu para o incremento da mobilidade estudantil?
 - 2.18 Houve melhoria na qualidade da graduação e da pós-graduação?
 - 2.19 Quais os principais problemas evidenciados na implantação do Reuni?
 - 2.20 Se a universidade tivesse de reorientar sua proposta para o Reuni, que aspectos ganhariam destaque?
3. Das proposições para uma nova expansão

- 3.1 Quais as expectativas da universidade em termos de um novo processo de expansão?
- 3.2 Em um novo processo de expansão, quais os elementos que mereceriam mudanças na proposta do Ministério da Educação?
- 3.3 Na instituição, quais as mudanças que deveriam se efetivar em um novo processo?
- 3.4 O PNE serviria de referência para a nova expansão?
- 3.5 Quais aspectos não podem deixar de ser considerados na nova expansão.

Anexo IV - Portarias SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PORTARIA Nº 126, DE 19 DE JULHO DE 2012

O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica instituída comissão incumbida de acompanhar as ações do Ministério da Educação com vistas à consolidação do processo de expansão das universidades federais e de tratar dos assuntos estudantis correlatos ao tema.

Art. 2º A comissão será composta pelos seguintes membros:

Daniel Iltisou (União Nacional dos Estudantes - UNE);

Yuri Pires (União Nacional dos Estudantes - UNE);

João Luiz Martins (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes);

Maria Lúcia Cavalli Nader (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes);

Adriana Rigon Weska (Ministério da Educação); e

Antonio Simões Silva (Ministério da Educação).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PORTARIA Nº 148, DE 19 SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, resolve:

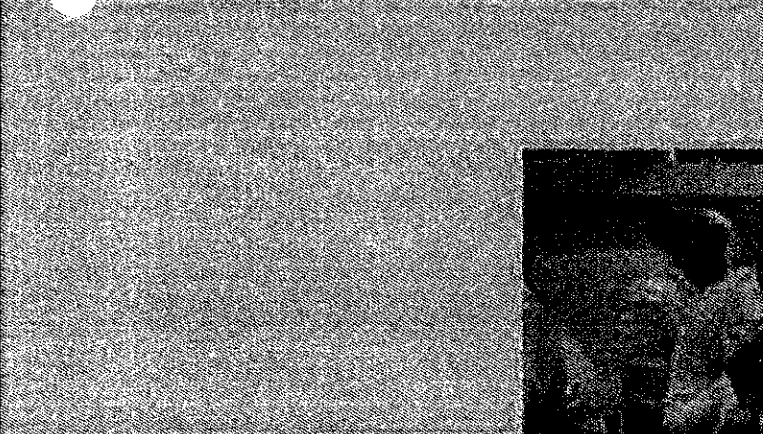
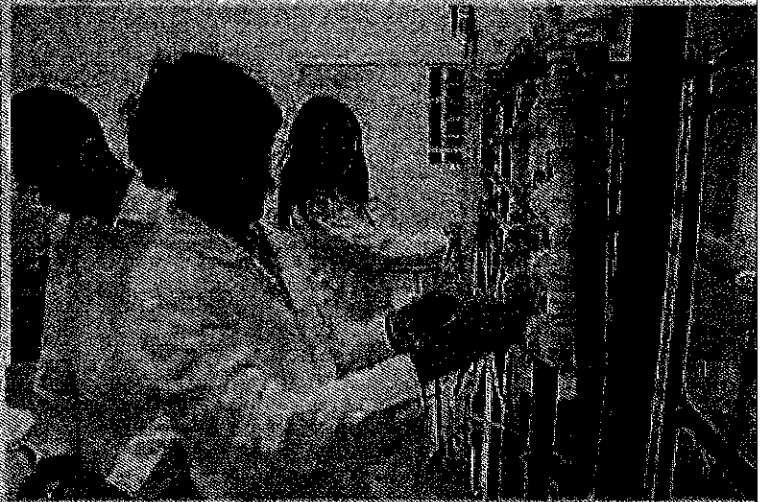
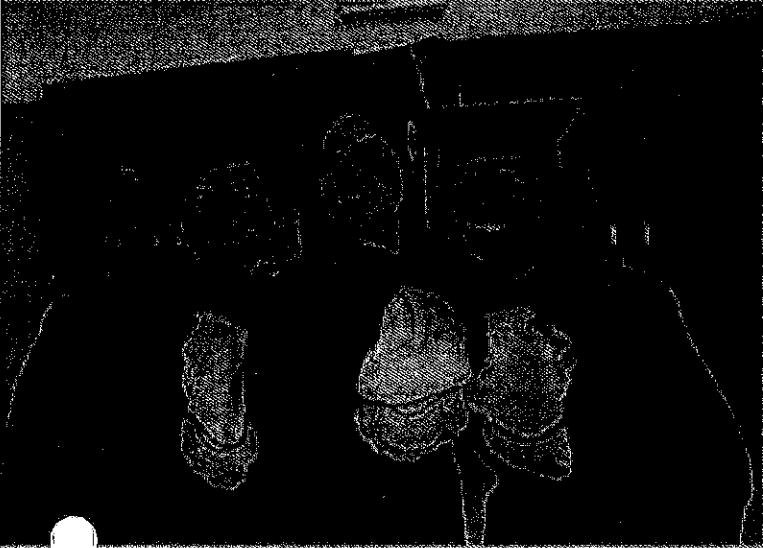
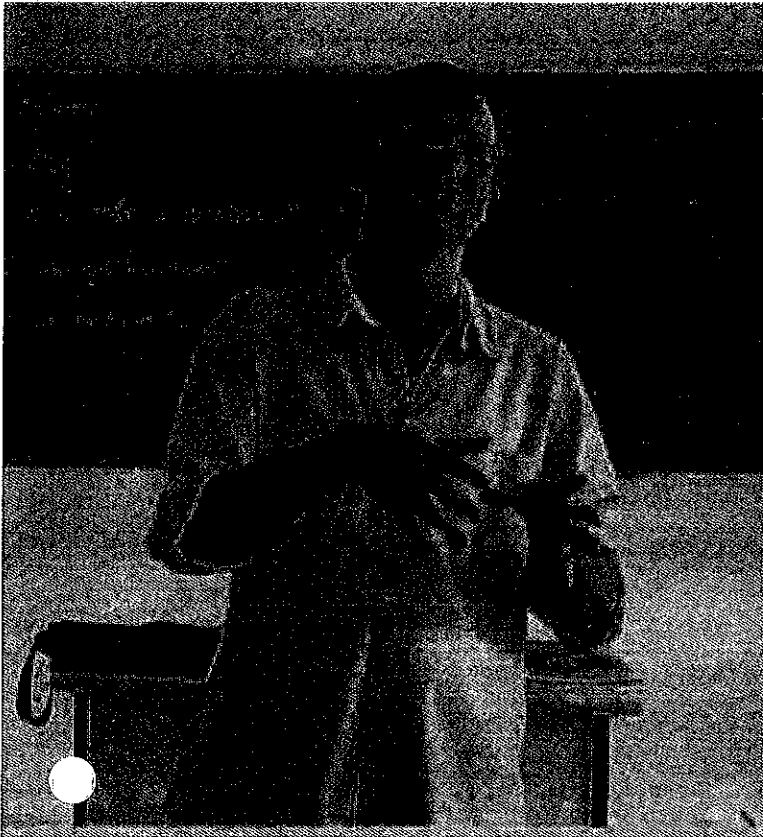
Art. 1º Ficam designadas as senhoras Tamara Naiz da Silva e Hercília Melo do Nascimento para, na qualidade de representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), comporem a comissão incumbida de acompanhar as ações do Ministério da Educação com vistas à consolidação do processo de expansão das universidades federais e de tratar dos assuntos estudantis correlatos ao tema, instituída pela Portaria MEC/Sesu nº 126, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 24/7/2012, Seção 2, pág. 15.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

15	Quadro I – Recursos orçamentários do programa de expansão 2005-2012	15	Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
17	Quadro II – Evolução anual de servidores docentes ativos por titulação - em percentual	17	Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
20	Quadro III – Número de obras concluídas em m² nas universidades federais de 2003 a 2012	20	ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
			Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
			Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica
			Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
			EAD – Educação à Distância
			Fasubra – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras
			HU – Hospitais Universitários
12	Gráfico I – Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011	12	IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
			Ifes – Instituições Federais de Ensino Superior
13	Gráfico II – Matrículas na graduação e pós-graduação nas universidades federais de 2003 a 2011	13	Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
			MEC – Ministério da Educação
14	Gráfico III – Orçamento das universidades federais de 2003 a 2012 (R\$ bilhões)	14	Mpoq – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
			PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
16	Gráfico IV – Número de docentes nas universidades federais de 2003 a 2012	16	Phaes – Programa Nacional de Assistência Estudantil
			PNE – Plano Nacional de Educação
18	Gráfico V – Evolução anual de servidores docentes ativos por titulação - em percentual	18	QRSTA – Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo das Universidades Federais
			Rehuf – Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
19	Gráfico VI – Número de técnicos administrativos nas universidades federais de 2003 a 2012	19	SE – Secretaria Executiva
			Sesu – Secretaria de Educação Superior
21	Gráfico VII – Recursos orçamentários do Pnaes para as universidades federais de 2008 a 2012	21	Slape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
			Simec – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
22	Gráfico VIII – Benefícios atendidos pelo Pnaes de 2008 a 2011	22	Sisu – Sistema de Seleção Unificada
			SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
23	Gráfico IX – Bolsas Reuni de assistência ao ensino de 2008 a 2012	23	UAB – Universidade Aberta do Brasil
			UFCA – Universidade Federal do Cariri
24	Gráfico X – Evolução do número de bolsas Capes de 2003 a 2012	24	Ufesba – Universidade Federal do Sul da Bahia
			UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
25	Gráfico XI – Linha do tempo da criação das universidades federais	25	Ufopa – Universidade Federal do Oeste da Bahia
			UNE – União Nacional dos Estudantes
			Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
			Unifesp – Universidade Federal de São Paulo
			Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
			Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
			Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Acompanhe o relatório sobre a expansão das universidades federais no portal: www.mec.gov.br





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

27-Mai-2014-11:57-13852174

Nº

DESPACHO

APROVADO

(PRESIDENTE)

Em 03 JUN. 2014

REQUERIMENTO N.º: 1158

ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SOROCABA.

CONSIDERANDO que a região de Sorocaba anseia há muitos anos pela implantação de uma universidade com identidade regional.

CONSIDERANDO que desde a década de 1960 Sorocaba tem sido considerada como local de implantação de uma universidade federal.

CONSIDERANDO que a partir de 2000 várias iniciativas foram tomadas pelos deputados da região para a implantação da Universidade Federal de Sorocaba.

CONSIDERANDO que em 2005 a UFSCar acordou com o MEC a implantação de um campus que viria a ser a futura Universidade Federal de Sorocaba conforme consta em seu plano diretor.

CONSIDERANDO que esse campus foi implantado e começou a funcionar em 2006 com essa perspectiva.

CONSIDERANDO que o campus Sorocaba encontra-se bastante desenvolvido contando com 15 cursos de graduação, 10 de pós-graduação, cerca de 3 mil estudantes de graduação e pós-graduação, 180 docentes e 95 servidores técnicos administrativos.

CONSIDERANDO que o Campus Sorocaba nestes 8 anos de atuação desenvolveu efetivamente uma identidade regional através de seus projetos de pesquisa e extensão.

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Sorocaba e a Câmara Municipal de Sorocaba desde o início apoiaram e viabilizaram a criação e ampliação sob a perspectiva da sua transformação em Universidade Federal de Sorocaba.

CONSIDERANDO que a demanda regional por vagas em cursos superiores gratuitos e de qualidade é forte na região e no estado de S. Paulo.

CONSIDERANDO que a implantação da Universidade Federal de Sorocaba é fundamentalmente importante para o desenvolvimento sustentável de Sorocaba e da região através da criação e oferta de novos cursos para atender as demandas regionais.

Este impresso foi confeccionado com papel 100% reciclado



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

CONSIDERANDO que o desenvolvimento de Sorocaba deve se basear fortemente na Ciência, Tecnologia e Inovação como forma de perenizar o ciclo virtuoso de desenvolvimento que vem experimentando nestes anos.

CONSIDERANDO que Sorocaba é hoje um dos principais vetores do desenvolvimento do Estado de S. Paulo e do Brasil.

CONSIDERANDO que os investimentos feitos no interior do Estado de S. Paulo para a criação de universidades públicas federais é insuficiente perante a grande demanda.

CONSIDERANDO que o status de líder regional confere a Sorocaba o direito de demandar a implantação de uma Universidade de caráter regional e identidade própria.

CONSIDERANDO que neste momento muitas outras cidades do Brasil com muito menos expressão econômica e importância histórica têm recebido Universidades Federais.

CONSIDERANDO que o momento que se apresenta é propício à criação da Universidade Federal de Sorocaba, uma vez que constituiu-se a Região Metropolitana de Sorocaba e o Governo Federal discute o próximo plano de expansão do ensino superior.

CONSIDERANDO que Sorocaba conquistou, com o esforço de todos, o título de Cidade Educadora.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial, composta por 05 (cinco) Vereadores para **DEBATER A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SOROCABA.**

S/S., 27 de Maio de 2014.

FRANCISCO CARLOS LEITE
Vereador

FRANCISCO FRANÇA DA SILVA
Vereador

IZIDIO DE BRITO CORREIA
Vereador

Adada a opor sob o aspecto legal.


Marcia Pegorelli Antunes
Secretária Jurídica

Sr. Secretário Geral,

Nomeio os seguintes Vereadores
para compor a referida Comissão:

Izídio de Brito Correia - PT

Anselmo Rolim Neto – PP

Valdecir Moreira da Silva – PRP

Luis Santos Pereira Filho – PROS

Neusa Maldonado Silveira – PSDB

S/S., 09.06.2014


Gervino Claudio Gonçalves
Presidente



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

Sorocaba, 11 de junho de 2014.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
IZÍDIO, ANSELMO, VALDECIR, LUIS SANTOS E NEUSA
Vereador(a) à Câmara Municipal de Sorocaba

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos que Vossa Excelência foi nomeado(a) para compor a Comissão designada através do Requerimento n.º 1158/2014, a fim de debater a criação da Universidade Federal de Sorocaba.

Atenciosamente,

Recebi
12-06

JOEL DE JESUS SANTANA
Secretário Geral

Murli/

RECEBI - 12/17/14

Joel de Jesus

Recebi em

12/06/14

Joel de Jesus

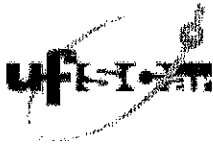
Recebi em

12/06/14

Joel de Jesus

Recebi em
12/06/14
Joel de Jesus





Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Humanas e Biológicas

campus Sorocaba

Rod.: João Leme dos Santos (SP-264), Km 110

Itinga – Sorocaba – SP - CEP: 18.052-780

Tel.: (15)3229-5909-5902

www.ufscar.br

Moção de Repúdio

O Conselho do Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, em sua 5^o Reunião Ordinária, considerando que:

- a UFSCar e o CCHB se orgulham de manter mecanismos democráticos de discussão interna das demandas da comunidade universitária;
- toda a comunidade da UFSCar discutiu a estrutura organizacional da Universidade dentro da revisão do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado pelo Conselho Universitário em 2013, sem que a demanda de "emancipação" do *campus Sorocaba* fosse levantada durante esse processo;
- não foi apresentada, neste momento, à comunidade universitária nenhuma proposta de discussão sobre a mudança da estrutura organizacional do *Campus Sorocaba* da UFSCar por quem quer que fosse;
- o Conselho do CCHB não reconhece qualquer proposta que seja apresentada neste sentido a fóruns externos da Universidade sem ampla discussão e deliberação interna;
- a precipitação desta discussão sem envolvimento das instâncias participativas do *Campus Sorocaba*, em particular, e da UFSCar, em sua totalidade, leva a um desgaste interno e externo da imagem e das relações da Universidade com a comunidade universitária e a sociedade local;
- o ato de apresentar para órgãos externos à Universidade uma proposta que repercute na vida de toda a comunidade universitária sem uma ampla discussão configura um ato autoritário e antidemocrático.

Vem a público repudiar a atitude de docentes e técnicos administrativos que solicitaram discussões em fóruns externos à comunidade universitária sobre proposta de mudança do *Campus Sorocaba* da UFSCar, sem que antes houvesse discussão ampla, democrática e participativa nas instâncias internas. Repudiamos, igualmente, o não esclarecimento dos motivos da atitude precipitada e antidemocrática desse grupo, que ainda não assumiu para a comunidade da UFSCar a autoria de tais atos.

O Conselho do CCHB e demais unidades a ele ligadas reafirmam sua disposição e abertura ao debate e às discussões necessárias sobre todo e qualquer assunto no âmbito das instâncias reconhecidas na UFSCar.

Sorocaba, 18 de junho de 2014

SALTO DE PIRAPORA

Prefeito recorrerá de decisão judicial que bloqueou seus bens

O prefeito de Salto de Pirapora, Santelmo Xavier Sobrinho, irá recorrer da decisão judicial, em liminar, que bloqueou seus bens no valor de R\$ 350 mil, sem bases numa ação civil pública movida pelo Ministério Público (MP) do Estado, proposta pelo promotor de Justiça daquela cidade, Luiz Fernando Gullberg Pinto. A denúncia é de que o chefe do Executivo teria contratado irregularmente, sem licitação, três shows que foram parte da programação da Festa do Peão no município, realizada em maio.

Segundo nota enviada por sua assessoria e assinada pelo prefeito, foram contratados para a festa - que comemorou o 103º aniversário da cidade - sete shows artísticos, por meio de procedimento de inexigibilidade de licitação, com base no que diz o artigo 25, III, da Lei de Licitações. Ele considera que

o processo licitatório não é obrigatório quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através do empresário exclusivo.

A contestação do MP, acatada pelo juiz, considera que as empresas que receberam os pagamentos para a contratação dos artistas não possuíam a exclusividade para emprestar-lhes, o que tornou o contrato ilegal. Ainda de acordo com o comunicado oficial da prefeitura, três contratos foram questionados pelo MP, "que entendeu que a carta de exclusividade, dispostas em contratações, juntadas aos autos, não satisfaz de acordo com as disposições legais, fato que será devidamente debatido nos autos do processo de forma a comprovar a legalidade do procedimento da prefeitura".



Santelmo Sobrinho teve bens bloqueados no valor de R\$ 350 mil

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

DCE organiza debate sobre mudança no nome UFSCar

Hipótese é a possível troca por Universidade Federal de Sorocaba (Ufsor)

Wilson Gonçalves Júnior
wilson.junior@ufscar.com.br

O Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) realiza na próxima quinta-feira, às 17h30, um debate sobre a criação da Universidade Federal de Sorocaba (Ufsor). O encontro, que é aberto à população, acontece no auditório do campus da UFSCar/Sorocaba e terá a participação de professores favoráveis e contrários à mudança na nomenclatura da instituição. Representantes do DCE estiveram recentemente na Câmara de Sorocaba para entregar os convites e também encaminhariam um em nome do prefeito Antonio Carlos Panunzio (PSDB). O Legislativo local criou no mês passado uma comissão especial para debater a criação da Universidade Federal de Sorocaba.

Em nota, o DCE da UFSCar informou que a discussão sobre a criação de uma universidade federal desvinculada daquela de São Carlos ocorre há anos, porém faltam esclarecimentos e a situação nunca foi debatida dentro da universidade. Segundo o órgão ligado aos estudantes, tal fato demonstra falta de democracia e clareza do grupo que a propõe a mudança. Para o DCE, a criação de uma comissão de vereadores para discutir a criação da Ufsor foi uma surpresa para parte da comunidade acadêmica, justamente porque a questão não foi debatida internamente na universidade.

O evento será realizado no auditório da UFSCar, na próxima quinta-feira, aberto a todos os interessados



A Câmara de Sorocaba criou, em junho, uma comissão para discutir a mudança de UFSCar para Ufsor

"O nosso posicionamento é contrário à separação da UFSCar. O que não significa que somos aliados da rejeição ou alijamento do tipo, mas que não concordamos com a visão de universidade desse grupo separatista", esclarece o DCE. O representante dos alunos indica que a UFSCar é uma das melhores universidades do País e da América Latina e que o campus local ainda não tem condição de se tornar uma universidade independente. "Não é porque a UFSCar não leva o nome de universidade de Sorocaba que ela não traz benefícios à popu-

lação sorocabana, pelo contrário, as parcerias com diversos setores são inúmeras e tendem a se fortalecer". O presidente Comissão Especial para Debater a Criação da Universidade Federal de Sorocaba e autor do requerimento que pediu sua criação, o vereador Ildio de Brito (PT), disse que recebeu um grupo da Ufsor que é favorável a Universidade Federal de Sorocaba e foi feita a proposta de formalização da comissão especial. O vereador afirmou que esteve no campus, a convite do grupo que é contrário e também ouviu as propostas. "Quero deixar claro para todo mundo, quem é contrário ou a favor, que os espaços aqui são iguais. Inclusive para os estudantes, do DCE, que estiveram aqui com documentos. Eu só não quero interferir na lógica da universidade, de discussão interna, de decisão e de participação, que nós entendemos e respeitamos."

Comissão

O vereador Ildio de Brito (PT) disse que a Câmara vai cumprir seu papel de abrir o debate, por meio da comissão recém-criada. "Vamos cumprir o papel de divergência e do contraditório, que é abrir o debate". Apontou que o grupo de vereadores não tem o papel de "bater o martelo", em favor de um lado ou outro, e elogia a iniciativa dos estudantes em debater a questão com a participação de professores. "Concerteza nós vamos ter muito o que aprender lá (debate) e para que possamos conduzir o processo aqui da melhor forma possível."

O parlamentar enfatizou que a questão não pode ser decidida internamente e que é necessário um debate mais amplo. "A cidade é coparticipante disso e vai participar disso, e a Câmara vai participar, proporcionando o debate."

ALERTA VERMELHO SÓ OFERTAS BOMBÁSTICAS SÓ NESTE SÁBADO. OS MELHORES PREÇOS.

Advertisement for Extra Supermarket featuring various products on sale. Includes items like Aquimile, Pampers, and cleaning supplies. Text: 'TODA A LIMPEZA COM ATÉ 50% DE DESCONTO'. Logo: 'extra.com.br Sorocaba'.

Por uma universidade pública

CARLIÃO
DO PT

Não é de hoje que a população de Campinas, os movimentos sociais, sindicatos e intelectuais da cidade reivindicam uma Universidade Pública Federal. Isso porque, apesar das inúmeras instituições de ensino superior da cidade, a maior parte da nossa juventude pobre e da periferia ainda está fora dessas instituições, que são em sua maioria privadas. A Unicamp, apesar de ser estadual e pública, se configura como um espaço

predominantemente elitista e privilegiado, uma vez que não é capaz de incluir esses jovens e dar conta da demanda por ensino superior público e de qualidade.

Nosso mandato na Câmara Municipal, desde o início, fez da luta por uma Universidade Federal (UF) em nossa região metropolitana uma das suas bandeiras prioritárias. Logo no começo de 2013, ao assumir como vereador, criamos a Comissão Especial de Estudos para implantação de uma Universidade Federal em Campinas, presidida por mim e da qual também fazem parte os vereadores Cid Ferreira

(PMDB) e Paulo Bufalo (PSOL).

Através da CEE, construímos um abaixo-assinado dirigido ao ministro da Educação reivindicando a implantação de uma Universidade Federal na RMC, contando atualmente com mais de cinco mil adesões, tanto em papel impresso como na internet. Para marcar o início da campanha de coleta de assinaturas, realizamos uma plenária no Sindicato da Construção Civil em julho do ano passado, com diversos movimentos sociais e populares, lideranças e simpatizantes da campanha.

Buscando apoio à proposta de uma UF em Campinas visi-

tamos os três reitores das Universidades Federais hoje existentes em São Paulo (UFSCAR, Unifesp e UFABC) e, aproveitando as visitas à cidade do então ministro da Educação, Aloysio Mercadante, e da presidente Dilma, no ano passado, entregamos cartas de movimentos e entidades representativas da sociedade civil requisitando a construção de uma UF na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Como resposta, o governo da presidente Dilma considerou o pedido justo e colocou a possibilidade de inclusão de Campinas na próxima fase do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

Mais do que isso, em diversas oportunidades pudemos levar nossa campanha para junto do movimento social, para atividades na periferia e para junto da população através das coletas de assinaturas. Acreditamos que a Universidade Federal deve ser uma conquista popular, fruto da mobilização dos movimentos sociais e sindicais, para que assim possa também servir aos interesses populares quando implementada.

Agora, aguardamos o andamento de uma audiência com o ministro da Educação, solicitada por meio do deputado federal Renato Simões, que tem nos dado todo apoio nessa luta. Com essa audiência, pretendemos formalizar nossa proposta e então avançar na articulação pela conquista de um terreno pela administração municipal de Campinas, onde possa ser construída a fu-

tura universidade. Por isso, é fundamental o envolvimento das prefeituras de Campinas e de outras cidades da região. Em nível regional, já temos também o importante apoio do Parlamento Metropolitano da RMC, do qual participo.

Acreditamos que a conquista de um Instituto Federal de Tecnologia (IFSP), recentemente, na região do Campo Grande, mostra a abertura por parte do governo federal em fortalecer e expandir o ensino superior público em Campinas. Essa conquista nos anima a alçar voos ainda mais altos, a buscar a conquista de uma Universidade Pública Federal e Popular na RMC, mas para isso, precisamos de participação e apoio de todos e todas. Vamos à luta!

Carlião do PT (Carlos Roberto de Oliveira) vereador de Campinas

DESCULPAS

Venho a público pedir desculpas aos turistas japoneses Morishima e Fukumoto que foram assaltados no Recife. Eles vieram da Terra do Sol Nascente para assistir ao jogo entre Costa do Marfim e Japão na Arena Pernambuco e seus patrióticos chegaram a recolher o lixo do estádio antes de ir embora, tamanha é humildade e educação desde povo. Sou recifense e embora esteja em São Paulo há mais de 40 anos, nunca esqueci minha terra natal, continuo torcendo pelo Sport Recife e acompanhando o desenvolvimento de Recife pela Internet. Estou como a maioria dos recifenses envergonhado pelo mal que estes fascinosos lhes causaram.

JATACY FRANCISCO DA SILVA

UFSCAR

Gostaria de enviar um comentário em relação à reportagem veiculada na edição de quinta-feira, dia 12 de junho de 2014 na página A8 "Desmembramento de São Carlos" na qual foi abordada a repercussão da discussão na Câmara de Vereadores de Sorocaba sobre o potencial de criação da Universidade Federal de Sorocaba, oriunda de um desmembramento do atual campus da UFSCar em Sorocaba. Como professor do campus Sorocaba que jurisco com meus companheiros(as) nos esforçamos para que a universidade cumpra sua função com ensino, pesquisa e extensão de qualidade, sou como piada de mau gosto a fala do Magnífico Reitor da UFSCar ao dizer que "os professores (da UFSCar em Sorocaba) recebem financiamento para projetos graças ao nome da UFSCar", conforme indicado na reportagem mencionada (no penúltimo parágrafo do texto original). Os professores do campus Sorocaba aprovam projetos graças aos seus currículos, muita dedicação e empenho compartilhado com os estudantes, e não ao apoio institucional e de infraestrutura que deixam muito a desejar. Esta entidade já recebeu inclusive sinalização por agências de fomento à pesquisa. Acredito que seria mais proveitoso para todos se houvesse um exercício de humildade por parte da reitoria ao se perguntar porque muitos professores em Sorocaba enxergam a criação da Universidade Federal de Sorocaba como o caminho a ser seguido para atingirmos a qualidade perseguida. Se tudo estivesse caminhando bem no campus Sorocaba este anseio não existiria. A questão vai muito além do nome da Universidade. Sorocaba merece.

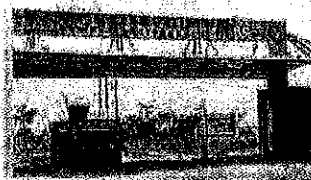
PROF. DR. ALEXANDER VICENTE CHRISTIANINI

mandava os fiscals pra rua e com o dinheiro que eu comprava o chiclete da Copa pela manhã já não era suficiente a tarde, mas mesmo assim consegui trocar figurinhas, fazer aleluia e jogar muito 'bafo' até chorar com o penalti desperdiçado pelo 'Galinho de Quimino'. Acho que conheci decepção ali. Em 1990, passei meus jogos numa rua pintada e toda decorada, adorando porque as linhas da bandeira no chão serviam de divisões perfeitas para o 'mão da rua', embora a alegria tivesse durado pouco com a seleção de Lazaroni, era melhor que ver discursos vindos da Casa da Dinda onde o colorido presidente andava de jet-ski. Em 1994 eu achei o máximo correr para ver a carreta na Nogueira Padilha e acenar para os carros no final de cada jogo, mesmo sabendo que o valor da URV tinha feito mi-

nhã escola ficar quase impagável. Em 1998 pude colocar toquinha verde-amarela no meu novo cachorrinho, meu lindo Tony, e receber amigos em casa com um balde de pipoca que meu novo amigo fez pular em cima quando gritamos com o Zidane, enquanto minha Escola Técnica era sucateada pelo governo de um nada saudoso governador tucano que me chamou de nome feio porque eu estava tentando lutar pelo direito de uma escola de qualidade. Em 2002, teve de tudo, festa em casa com direito a cunhado novo, despertador tocando às 3 da manhã pra não perder o jogo mesmo tendo que acordar cedo para pagar a faculdade porque pasmem, financiamento estudantil nem existia direito, era na bucha mês a mês pra fazer parte dos 4% da população que tinha diploma universitário. Em 2006 teve churrascos e festas boas, até mesmo quando meu cachorrinho aquele mesmo da copa de 98 mordeu meu amigo que tentava colocar uma bandana verde-amarela nele. Naquele ano estava trabalhando horrores, sorte minha porque muitos amigos e pais de amigos não estavam. Já em 2010 fui con-

vidada para assistir aos jogos com direito a buffet e telão, mesmo com o nome sujo e a conta mais vermelha que carne de segunda com salitre, mas tudo bem muita gente também estava assim. Agora chegou 2014, e tem gente querendo falar que eu não posso torcer, que o Brasil é uma vergonha porque houve muito desvio nas obras da copa e coisa e tal... meus amigos essa Copa é em outubro e a gente também joga e torce de 4 em 4 anos. Eu voto sempre voto e lutei pra ter direitos no meu país, muito mais do que a maioria dos 'protestantes de internet e cara escondida'. Já dei e dou muita cara a tapa por mim, por

Arquivo UFSCar/Alexandre Vicente



“
Os professores do campus Sorocaba aprovam projetos graças aos seus currículos, muita dedicação e empenho compartilhado com os estudantes.”
Alexander Vicente Christianini, professor da UFSCar

Ufsor

Aldo Vannucchi

04/10/14 | Equipe Online - online@jcruzeiro.com.br -

A quem estranhar a sigla, título desta conversa semanal, dou logo a devida explicação. Quero falar de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, a Universidade Federal de Sorocaba. Por surpreendente que seja, ela ainda não existe, mas tem tudo para virar realidade, até porque foi compromisso da Universidade Federal de São Carlos, ao instalar seu campus em Sorocaba, que estaria gestando o embrião de uma nova universidade, com total apoio do município, que já investiu ali mais de 20 milhões de reais.

Sei, por experiência própria, que não se cria universidade a toque de caixa, mas as condições locais para tanto, neste caso, mostram-se reais e compatíveis, seja pela boa infraestrutura existente, seja pelo seu plano acadêmico de ensino, pesquisa e extensão, com corpo docente formado por professores doutores, na sua quase totalidade, e mais de 3.000 alunos matriculados em quinze cursos de graduação, além dos cursos de especialização e dos dez programas de mestrado. Com essa base, o Ministério da Educação, que já criou universidade a partir do nada, não terá obstáculos para ratificar a criação da Ufsor, como instituição gerada pelo potencial fecundo de uma universidade-mãe. Sem emancipação forçada, sem ruptura alguma, o que teremos será a confirmação do inspirado acerto dos que se empenharam em trazer para cá a valiosa bagagem dos recursos físicos e científicos da UFSCar.

Ganhará muito Sorocaba e toda a sua região metropolitana e ganhará também São Paulo, com 44 milhões de habitantes e só 3 universidades federais, enquanto Minas Gerais tem 11 e a Paraíba conta com 3, para uma população de apenas 4 milhões de moradores. Sanando-se essa injusta desigualdade, é o Brasil inteiro que cresce, com mais vagas públicas no ensino superior para a nossa juventude, proposta inadiável para se cumprir metas do Plano Nacional de Educação, que espera ver todos os professores da educação básica com formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que atuam e pretende ainda formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantindo a todos a necessária formação continuada.

Se o Governo se comprometeu a interiorizar e maximizar o ensino superior público e se a distância entre São Carlos e Sorocaba é de quase 250 quilômetros, dificultando o encontro físico frequente dos responsáveis pelo campus local com a reitoria lá implantada, parece evidente que a criação da Ufsor será conveniente para todos, sem falar na vantagem para ambas as instituições de ter cada uma seu orçamento próprio, garantido pela União.

A propósito, lembro-me que, em 2006, sendo eu membro do Conselho Nacional de Educação, perguntei ao Ministro Fernando Haddad, quando tínhamos a transformação desse campus sorocabano em universidade. Sua resposta foi que levaria uns dez anos. E é precisamente nessa perspectiva que vejo, hoje, uma parcela significativa da nossa sociedade se movimentando com esse objetivo, como a Câmara Municipal, que criou uma comissão especialmente para esse fim. A causa é mais do que justa e, certamente, será vitoriosa, se a sociedade sorocabana souber construir um diálogo consistente com o MEC e o Conselho Universitário da UFSCar. Assim seja.